



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

| |
|--------------|
| SUCOL |
| Fis.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

TOMADA DE PREÇOS 005/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTO E MÃO DE OBRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DESTA EDITAL, SEU TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS.

| RETIRADA DE EDITAL – TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2019 | | | |
|--|-----------------|------------|--|
| RAZÃO SOCIAL | | | |
| ENDEREÇO | | | |
| CNPJ | | | |
| CONTATOS | NOME | | |
| | FUNÇÃO | | |
| | TELEFONE | FAX | |
| | E-MAIL | | |
| | NOME | | |
| | FUNÇÃO | | |
| | TELEFONE | FAX | |
| | E-MAIL | | |
| LOCAL/DATA | ASSINATURA | | |
| <p>1. As licitantes que retirarem o edital, no site da PREFEITURA DE PALMAS, www.palmas.to.gov.br, deverão preencher a presente Retirada de Edital e encaminhar para o e-mail: cplpalmas@gmail.com</p> <p>2. A não devolução deste formulário poderá trazer eventuais problemas na comunicação da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO com a licitante, durante todas as fases do processo licitatório.</p> | | | |



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

| |
|--------------|
| SUCOL |
| Fis.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

Órgão Interessado: **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL**
Processo: 2019015320
Regime Legal: Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, Lei Federal nº 13.726/2018, Lei Complementar Federal nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014, Lei Complementar Municipal nº 178/2008, Decretos Municipais nº 732/2014 e 1.031/2015.
Tipo Licitação **MENOR PREÇO GLOBAL**
Regime de Execução **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**
Exame ou Retirada do Edital: Superintendência de Compras e Licitações da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, sito à Quadra 401 Sul, Av. Joaquim Teotônio Segurado, CJ. 01, LT. 19-A, Plano Diretor Sul, Palmas –TO, CEP 77.015-550.
Local da Sessão: Sala de Reuniões da Superintendência de Compras e Licitações, endereço acima.
Data da Sessão: **10/09/2019**
Hora da Sessão: **14:00 horas (Horário de Brasília/DF)**
Informações: Telefax (63) 3212-7243/ 3212-7244/ 3212-7245 das 13:00 as 19:00 hs
e-mail cplpalmas@gmail.com

O MUNICÍPIO DE PALMAS, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL**, torna público que fará realizar licitação, na modalidade de Tomada de Preços, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTO E MÃO DE OBRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DESTE EDITAL, SEU TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS.**



TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

| ÍNDICE | |
|---------------|---|
| 1. | DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES |
| 1.1 | Do objeto |
| 1.2 | Dos serviços a serem desenvolvidos |
| 1.3 | Do local de execução dos serviços |
| 1.4 | Do prazo de execução dos serviços e da vigência contratual |
| 1.5 | Do preço de referência – PR |
| 1.6 | Da condução do procedimento licitatório |
| 2. | DO REGULAMENTO DE PARTICIPAÇÃO |
| 2.1 | Das condições de participação |
| 3. | DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E COMPOSIÇÃO DAS PROPOSTAS |
| 3.1 | Dos documentos de habilitação |
| 3.2 | Dos documentos da proposta de preços |
| 4. | DOS PROCEDIMENTOS DE ABERTURA |
| 4.1 | Da representação na sessão |
| 4.2 | Da apresentação das propostas |
| 4.3 | Das sessões públicas |
| 5. | DO JULGAMENTO |
| 5.1 | Dos critérios de julgamento |
| 5.2 | Da análise dos documentos de habilitação |
| 5.3 | Da análise da proposta de preços |
| 5.4 | Da classificação das proponentes |
| 5.5 | Dos critérios de desempate |
| 6. | PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS |
| 6.1 | Dos questionamentos e informações adicionais |
| 6.2 | Dos recursos Administrativos |
| 6.3 | Da impugnação ao edital |
| 6.4 | Da homologação e adjudicação |
| 6.5 | Das sanções no procedimento licitatório |
| 7. | DA EXECUÇÃO DO CONTRATO |
| 7.1 | Da medição e pagamento |
| 7.2 | Da fiscalização |
| 7.3 | Das obrigações |
| 7.4 | Das sanções contratuais |
| 7.5 | Da rescisão |
| 7.6 | Da cessão, sub-rogação |
| 7.7 | Da subcontratação |
| 7.8 | Do reajustamento |
| 7.9 | Da garantia contratual |
| 8. | DAS DISPOSIÇÕES FINAIS |



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

SUCOL

Fis.: _____

Ass.: _____

TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

ANEXOS

| | |
|------------------|---|
| ANEXO I | Especificações do Objeto |
| ANEXO II | Termo de Referência |
| ANEXO III | Minuta do Instrumento Contratual |
| ANEXO IV | Modelos de Cartas |
| | A – Carta de Representação B – Carta de Apresentação da Proposta de Preços |
| ANEXO V | Modelos de Declaração A – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte B – Declaração Referente ao Menor C – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo D – Declaração de Responsabilidade Técnica dos Serviços E – Declaração de Compromisso do Profissional F – Declaração de Disponibilidade de Máquinas e Equipamentos G – Declaração de Conhecimento dos Serviços |
| ANEXO VI | Quadros das Propostas de Preços A – Planilha Orçamentária B – Composição do BDI C – Declaração CNAE D – Cronograma Físico-Financeiro E – Projeto Estrutural |



TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – Do objeto

1.1.1 - O objeto desta Tomada de Preços é a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços na perfuração de poços artesianos, com fornecimento de todos os materiais, ferramentas, equipamento e mão de obra, conforme especificações e condições constantes deste edital, seu termo de referência e anexos**, publicados no site www.palmas.to.gov.br.

1.2 – Dos serviços a serem desenvolvidos

1.2.1 – Os serviços a serem desenvolvidos estão descritos de forma detalhada no Anexo II – Termo de Referência deste Edital e seus anexos.

1.3 – Do local de execução dos serviços

1.3.1 – Os serviços serão executados no Município de Palmas/TO.

1.4 – Do prazo de execução dos serviços da vigência contratual, da prorrogação e alteração

1.4.1 – O prazo de vigência contratual será de 05 (cinco) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, nos termos do inciso I, artigo 57 da Lei 8.666/93.

1.4.2 – Os serviços serão iniciados após a emissão das respectivas Ordens de Serviços pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL** e deverão ser executados no prazo máximo de 03 (três) meses, conforme cronograma físico-financeiro.

1.4.3 – O prazo estabelecido na ordem de serviço não poderá ultrapassar o prazo de vigência do contrato.

1.5 – Do preço de referência – PR

1.5.1 – O **Preço de Referência – PR** para esta Tomada de Preços é de **R\$ 802.455,70 (oitocentos e dois mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais e setenta centavos)**.

1.5.2 – A despesa decorrente da prestação dos serviços desta licitação correrá à conta da Funcional Programática: 33.00.20.606.1115.2733, Natureza da Despesa: 44.90.39/44.90.51, Fontes de Recursos: 0010.00.119/ 0060.00.199, Fichas: 20190742/ 20190743.

1.6 – Da condução do procedimento licitatório



TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

1.6.1 – A LICITAÇÃO de que trata este Edital será julgada pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO cujos membros são designados pelo Decreto Municipal nº 1.662, de 23 de outubro de 2018, alterado pelo Decreto Municipal nº 1.773, de 14 de agosto de 2019.

1.6.1.1 – A Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes a área técnica da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL**, responsável pela elaboração das especificações do objeto deste edital, para se orientar na sua decisão, cabendo à CPL o julgamento e a divulgação do resultado.

1.6.2 – A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO poderá ser assessorada tecnicamente, cabendo aos assessores emitir pareceres quando solicitados.

1.6.3 – A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES poderá:

- a) Solicitar às licitantes, a qualquer momento, esclarecimentos sobre os documentos por elas apresentados (a recusa em fornecer esclarecimentos e documentos e em cumprir as exigências solicitadas pela Comissão Permanente de Licitações, nos prazos por ela determinados e de acordo com os termos deste edital, poderá ensejar a desclassificação da licitante);
- b) Adotar critérios de saneamento de falhas de caráter formal e complementação de insuficiências no curso da Tomada de Preços;
- c) Prorrogar os prazos de que trata o edital, em caso de interesse público, caso fortuito ou força maior.

1.6.4 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, que sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

1.6.5 – A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar sua revogação, ou podendo ainda, ser anulada por ilegalidade ou vício, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

1.6.6 – Na hipótese de alteração que afete de forma inequívoca a elaboração das Propostas, a CPL irá alterar a data prevista para entrega e abertura dos Documentos de Habilitação e das Propostas de Preços, prorrogando-se ou reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

1.6.7 – Quaisquer alterações no edital ou nas datas fixadas para a realização das sessões públicas serão divulgadas nos mesmos meios utilizados no aviso de licitação, mediante na forma do § 4º do artigo 21 da Lei nº 8.666/93.

1.6.8 – A prática de quaisquer dos atos aqui previstos não resultará, a qualquer tempo e sob qualquer condição, no direito a ressarcimento ou indenização pelas licitantes.

2. REGULAMENTO DE PARTICIPAÇÃO

2.1 – Das condições de participação



TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

2.1.1 – Somente poderão participar da presente Tomada de Preços as empresas e instituições que tenham ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, cadastrados no órgão licitante, e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

2.1.1.1 – Também poderão participar quaisquer interessados pertencentes ao ramo de atividade, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que, embora não cadastrados previamente neste órgão, atendem todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, desde que atendam a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

2.1.2 – A participação no presente certame implica na aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste edital e de seus anexos, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e na responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

2.1.3 – As empresas estrangeiras estabelecidas no Brasil que desejarem participar do processo licitatório deverão atender a todas as exigências do Edital mediante documentos equivalentes, observado o disposto no item 3.1 deste edital, provando, ainda, que detêm autorização do Governo Federal para instalação e funcionamento no Brasil, além de observar os termos das Resoluções nº 1.025 de 30/10/2009 e nº 444 de 14/04/2000 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA; Resolução nº 444/2000 do CONFEA e do Código Civil Brasileiro.

2.1.4 – Fica vedada a participação de licitantes consorciadas, bem como, de profissional responsável técnico em mais de uma EMPRESA;

2.1.5 – A licitante deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados;

2.1.6 – Não será permitida a cessão, sub-rogação do total ou partes acessórias do objeto licitado.

2.1.7 – Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação:

a) Pessoas jurídicas cujos dirigentes ou responsáveis técnicos sejam ou tenham sido ocupantes de cargo de direção, assessoramento superior, assistência intermediária, cargo efetivo ou emprego na **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL**.

b) Estiver impedida ou temporariamente suspensa de participar em licitação ou contratar com a Administração Municipal de Palmas;

c) Tiver sido declarada inidônea na administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas;

d) Incidir no estipulado no art. 9º da Lei nº 8.666/93;

e) Que estejam sob falência, concurso de credores, insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;



TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

- e.1) Os interessados que estejam em recuperação judicial poderão participar desta licitação, desde que o plano de recuperação seja acolhido judicialmente;
- e.2) É aplicável às empresas em recuperação extrajudicial, com o plano de recuperação homologado judicialmente, nos moldes da empresa em recuperação judicial.
- f) Possua em seu contrato social finalidade ou objeto incompatível com o desta licitação;
- g) Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- h) Incorrer em outros impedimentos previstos em lei.;
- i) Empresas reunidas em consórcio.

2.1.8 – Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- c) Lista de inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

2.1.8.1 – A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

2.1.8.2 – Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

2.1.9 – Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o Licitante ou responsável pelos serviços, fornecimento e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários;

2.1.10 – A participação no certame implica a aceitação expressa de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

2.1.11 – Cada empresa ou instituição, inclusive suas filiais ou empresas que façam parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma oferta.

2.1.12 – O disposto nos itens anteriores não prejudica, em qualquer hipótese, o exercício do direito de impugnação de que trata este edital.



TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

2.1.13 - A mera participação no procedimento licitatório autoriza a retenção do valor correspondente a 1% (um por cento) dos pagamentos realizados pelo Município de Palmas com fonte de recursos ordinários (recursos próprios – Fonte -00) e posterior repasse ao Fundo de Inovação e Desenvolvimento Econômico de Palmas – FIDEP, na forma do inc. XIII do art. 7º da Lei Municipal nº 2024/2014, acrescida pela Lei Ordinária nº 2.353 de 25/10/17, **caso o licitante seja declarado vencedor no certame e ocorra e efetiva contratação.**

3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E COMPOSIÇÃO DAS PROPOSTAS

3.0.1 – O certame constituir-se-á em duas fases distintas, quais sejam: **Habilitação e Proposta Comercial.**

3.0.2 – Os envelopes deverão ser lacrados, opacos, indevassáveis e entregues na sessão pública de abertura do certame, conforme endereço, dia e horário especificados no preâmbulo deste Edital.

3.0.3 – No envelope nº 01 (Documentos de Habilitação) deverá conter os documentos de qualificação exigidos.

3.0.4 – No envelope nº 02 (Proposta de Preço) deverá ser apresentada em invólucro contendo os documentos de qualificação exigidos.

3.0.5 – Os documentos poderão ser apresentados em original ou em qualquer processo de cópia perfeitamente legível, exceto em papel térmico de fax, autenticada na forma da lei ou por servidor da Prefeitura de Palmas – TO, ou publicação em órgão de imprensa oficial, ou pela Internet, nos casos em que o Órgão responsável pela emissão do documento disponibilizar a consulta.

3.0.6 – Nos termos do art. 3º, incisos I e II, da Lei Federal nº 13.726/2018, é dispensada a exigência de:

a) Reconhecimento de firma, devendo o servidor da Prefeitura de Palmas – TO, confrontando a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do servidor, lavra sua autenticidade no próprio documento.

b) Autenticação de cópia de documento, cabendo o servidor da Prefeitura de Palmas – TO, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade.

c) Juntada de documento pessoal do usuário, que poderá ser substituído por cópia autenticada pelo próprio servidor da Prefeitura de Palmas – TO.

3.0.7 – Todos os documentos apresentados para habilitação deverão ser apresentados em nome da proponente com número do CNPJ e com o endereço respectivo.

3.0.8 – Se a proponente for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome. Se a proponente for a filial, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz, e os atestados de capacidade técnica, que podem ser apresentados em nome e CNPJ da matriz e/ou em nome e com o CNPJ da filial.



TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

3.0.9 – As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública desta Tomada de Preços.

3.0.10 – Os documentos constantes de cada envelope devem:

- a) conter rubrica em todas as folhas e assinatura na última do responsável constituído;
- b) vir preferencialmente encadernados, de modo a não conter folhas soltas, sem emendas, acréscimos, sendo numerados sequencialmente em ordem crescente, em uma via, sem borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão do conteúdo.

3.0.11 – Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por tradutor juramentado e autenticados pelos respectivos consulados.

3.0.12 – Não serão autenticados documentos na sessão da licitação.

3.0.12.1 – As empresas que desejarem autenticar documentos, devem solicitar junto a Superintendência de Compras e Licitações com antecedência de até 1 (uma) hora antes da abertura da sessão.

3.1 – Dos documentos de habilitação (Envelope I)

3.1.1 – Os documentos de habilitação deverão ser apresentados, assinados por diretor(es) da proponente ou por pessoa legalmente habilitada (procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida - nos termos do item 3.0.6 “a”), em envelope lacrado, identificado, observando-se o item 4.2 do edital, em 1 (uma) via, digitada, em linguagem clara e objetiva, sem erros, rasuras ou entrelinhas, devendo atender às condições contidas neste edital, e sua elaboração deverá apresentar a seguinte ordem sequencial:

a) Índice - deverá, preferencialmente, constar um índice com a discriminação de cada documento com a indicação de suas respectivas folhas, obedecida a sequência das solicitações deste edital.

b) Carta da Empresa Licitante – A documentação deverá ser acompanhada por uma carta assinada por diretor(es) ou pessoa legalmente habilitada (procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida comprovando a delegação de poderes para fazê-lo em nome da empresa, afirmando claramente:

- b.1) estar ciente das condições da licitação;
- b.2) que assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, observando o disposto na Lei nº 8.666/93, e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela Comissão Permanente de Licitação;
- b.3) que executará os serviços de acordo com as especificações da Prefeitura Municipal de Palmas, da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e/ou de outras autorizadas pela Administração.



TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

- b.4) que disponibilizará os recursos materiais e humanos necessários e que tomará todas as medidas para assegurar a qualidade dos serviços;
- c) Declaração de que a empresa não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre menor de dezoito anos e qualquer trabalho a menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze anos, conforme **ANEXO V B**.
- d) Declaração do licitante de que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente ainda da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme **ANEXO V C**.
- e) Os documentos para habilitação, sujeitos a prazo de validade, que não mencionam o respectivo prazo ou a data de vencimento, será considerado válido pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de expedição.
- f) o Certificado de Registro Cadastral – CRC emitido pela Prefeitura de Palmas – TO, dentro do prazo de validade, substitui os documentos dos itens 3.1.2, 3.1.3 e 3.1.4, desde que os mesmos constem expressamente no CRC e não estejam vencidos na data da licitação.

3.1.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cédulas de identidade dos responsáveis legais da empresa/entidade.
- b) Certificado de Registro Cadastral, emitido por órgão público na forma da Lei nº 8.666/93;
- c) No caso de empresa individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- d) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI, ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.
- e) Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- f) No caso de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- g) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 3º da Instrução Normativa nº 10, de 05/12/2013, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.



TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

h) Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida (nos termos do item 3.0.6 "a"), comprovando a delegação de poderes para assinatura e rubrica dos documentos integrantes da habilitação e propostas, quando estas não forem assinadas por diretor (es), com poderes estatutários para firmar compromisso.

i) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.1.3 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

b) Prova de inscrição no cadastro contribuinte municipal ou documento equivalente relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da proponente, na forma da lei, a saber:

c.1) Comprovação de Regularidade com a Fazenda Federal, por meio de Certidões Conjunta Negativa de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da sede da Licitante, com validade na data da apresentação, devendo abranger a regularidade previdenciária.

c.2) Comprovação de Regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da empresa licitante, correspondente a Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria Estadual de Fazenda, da sede da Licitante ou Certidão de Não Contribuinte, com validade na data da apresentação;

c.3) Comprovação de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da empresa licitante, através de Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, da sede da Licitante ou Certidão de Não Contribuinte, com validade na data da apresentação;

d) Certificado de Regularidade do FGTS, fornecido pela CEF, dentro do prazo de validade, de acordo com a Lei nº 8.036/90, art. 27, Alínea "a".

e) Certidão de Regularidade Trabalhista emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST, de acordo com a Lei 12.440 de 2011.

f) As microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.



TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

f.1) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

f.2) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no §1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.1.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) As empresas/entidades deverão apresentar as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa/entidade, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, conforme relacionado abaixo:
- 1) Balanço Patrimonial - BP;
 - 2) Demonstração do Resultado do Exercício - DRE;

a.1) As empresas constituídas a partir de 2018 e 2019 deverão apresentar o Balanço de Abertura, na forma da Lei;

a.2) As empresas optantes do “SIMPLES NACIONAL” não estão dispensadas de apresentar o balanço patrimonial relativamente ao último exercício social.

b) Comprovação de possuir capital social ou patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, podendo ser comprovado através do contrato social ou do balanço patrimonial do último exercício, ou pela certidão da junta comercial ou ainda pelo CRC (certificado de Registro Cadastral) emitido pela Prefeitura Municipal de Palmas.

c) Certidão negativa de falência e concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica com data não anterior a 60 (sessenta) dias da data da licitação.

d.1) Nos casos em que a certidão seja positiva de recuperação, as empresas deverão apresentar comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, nos termos do art. 58 da lei 11.101/2005;

d.2) A empresa em recuperação judicial ou extrajudicial com o plano de recuperação acolhido, como qualquer licitante, deve demonstrar os demais requisitos para a habilitação econômico-financeira.

3.1.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Registro ou inscrição da empresa e dos responsáveis técnicos no conselho profissional competente da região da sede da empresa. No registro ou inscrição da empresa deverá constar a referência da atividade compatível com o serviço a ser executado.



TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

- a.1) A empresa ou profissional responsável técnico que apresentar certidão de registro no conselho competente com prazo de validade vencido, deverá providenciar a regularização antes da assinatura do contrato, caso seja vencedora da licitação, sob pena de desclassificação da sua proposta.
- b) Atestado (s) de Capacidade Técnica, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em favor de profissional pertencente ao quadro técnico do licitante, devidamente registrado(s) no CREA/CAU e acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT, que comprove(m) a execução de serviços compatíveis em características com o objeto da licitação. Serão considerados itens de maior relevância, e que atendem ao disposto no § 2º do art. 30, da Lei da nº 8.666/93 e suas modificações.
- c) A administração poderá fazer diligências nos atestados, podendo solicitar documentos complementares.
- d) O atestado não poderá possuir como contratante e contratado a mesma empresa.
- e) Declaração que o(s) profissional(is) apresentado(s) para fins de qualificação técnica, conforme item 3.1.5 do Edital, está(ão) disponível(eis) e deverá(ão) participar, como Responsável(eis) Técnico(s), do objeto da licitação, conforme **ANEXO V D - Declaração de Responsabilidade Técnica de Serviços**;
- f) Declaração individual do(s) profissional(is) apresentado(s) como Responsável Técnico autorizando sua(s) inclusão(ões) na equipe técnica, e que irá(ão) participar da execução do objeto licitado na condição de Responsável Técnico, conforme **ANEXO V E – Termo de Autorização /Compromisso**.
- g) Declaração formal emitida pelo licitante que as máquinas e equipamentos adequados para a execução do objeto estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação das obras, inclusive sujeitos a vistoria do órgão contratante para sua aceitabilidade, por ocasião da contratação e sempre que necessário, conforme **ANEXO V F**.
- h) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, elaborada conforme **ANEXO V G**.
- i) Na contratação deverá ser comprovado o vínculo do Responsável Técnico com a empresa. A vinculação será caracterizada por uma das seguintes formas:
- i.1. Mediante a anexação de cópias autenticadas da Ficha de Registro de Empregados – FRE ou da Carteira Profissional de Trabalho;
 - i.2. Por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum;
 - i.3. Através de ato constitutivo, quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante.
- j) Para atendimento dos itens “b” e “c”, será admitida a comprovação através de Atestado de Capacidade Técnica de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.
- k) Os atestados deverão ser emitidos pelo contratante principal dos serviços, pessoa jurídica de direito público ou privado, neles constando os contratos, nomes do contratado e contratante, discriminação dos serviços, valores e prazo de execução e o nome do profissional responsável técnico.



TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

l) Para comprovação exigida os licitantes deverão apresentar apenas certidões e atestados pertinentes, evitando a inclusão de documentos supérfluos, dispensáveis ou excedentes.

3.2 Dos documentos da proposta de preços (Envelope II)

3.2.1 – A Proposta de Preços deverá ser apresentada, assinada por diretor(es) da proponente ou pessoa legalmente habilitada (procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida - nos termos do item 3.0.6 “a”), em envelope lacrado, identificado, observando-se o item 4.2 do edital, em uma via, datilografada ou digitada em linguagem clara e objetiva, sem erros, rasuras ou entrelinhas, contendo os elementos a seguir relacionados:

a) Índice (preferencialmente)

b) Carta de Apresentação da Proposta de Preços (**ANEXO IV B - Carta de Apresentação de Proposta de Preços**), assinada por diretor(es) ou pessoa legalmente habilitada (procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida - nos termos do item 3.0.6 “a”) em papel timbrado, identificando os serviços a que a proponente está concorrendo, o número do edital, o prazo de execução e o preço global proposto para os serviços, em algarismos arábicos e por extenso, em reais, esclarecendo que se refere ao mês do orçamento preestabelecido nesse edital.

c) Valor global com a descrição do Preço Proposto, por meio do preenchimento do **ANEXO VI A**, devendo ser detalhados todos os valores unitários e globais.

3.2.2 – A proposta de preços deverá ser apresentada em invólucro separado, sob pena de desclassificação imediata;

3.2.3 Validade da Proposta – O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

3.2.4 Os serviços serão executados no prazo de **03 (três) meses**, conforme estabelecido no Cronograma Físico – financeiro.

3.2.5 – Prazo para pagamento não superior a 30 (trinta) dias, após atesto da Nota Fiscal.

3.2.6 – A apresentação da proposta implicará no pleno conhecimento e aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, não podendo haver desistência de valor ofertado, sujeitando-se o proponente às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

3.2.7 – Juntamente com a proposta comercial e sob pena de desclassificação, a licitante deverá apresentar a planilha e a composição do BDI, o Cronograma Físico-financeiro de execução, de forma a espelhar o equilíbrio do objeto ora licitado, tendo como base o cronograma físico-financeiro juntamente com os elementos instrutores, descrevendo as etapas, atividades, produtos e respectivos valores mensais.



TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

3.2.8 – Todas as despesas necessárias à execução do objeto como carga, transporte e descarga, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, tributos, tarifas, emolumentos, licenças, alojamento para atendimento dos serviços, seguro em geral, bem como encargos decorrentes de fenômenos de natureza infortunistica, trabalhista, responsabilidade civil para quaisquer danos e prejuízos causados ao Município de Palmas e/ou terceiros, gerados direta ou indiretamente pela execução dos serviços, dentre outras, são de responsabilidade da proponente e devem estar incluídas na composição dos custos.

3.2.9 – Em conformidade com a Lei nº 8.666/93 com suas alterações, as proponentes deverão apresentar suas propostas com preços em real.

3.2.10 – As informações contidas na Proposta de Preços poderão ser mantidas pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS**, para formação de base de dados licitatórios.

a) A licitante deverá apresentar as planilhas e cronograma físico financeiro em mídia (CD/DVD) juntamente com os documentos físicos.

4. DOS PROCEDIMENTOS DE ABERTURA

4.1 – Da representação na sessão

4.1.1 – Cada proponente apresentar-se-á com apenas um representante que, devidamente munido de credencial, será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo, ainda, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se, exibindo a carteira de identidade (nos termos do item 3.0.6 “c”).

4.1.2 – As proponentes que designarem representantes deverão fazê-lo por escrito, com firma reconhecida (nos termos do item 3.0.6 “a”) e acompanhado dos documentos que comprovem os poderes do(s) outorgante(s) (conforme última alteração contratual devidamente registrada), conferindo-lhes poderes para receber intimações e, eventualmente, interpor recursos ou desistir deles.

4.1.3 – A credencial de representante deverá ser apresentada na data de abertura da primeira sessão pública para recebimento dos envelopes, sendo dispensada sua reapresentação nas demais sessões desde que não altere o credenciado. A falta de sua apresentação não desqualifica o candidato, mas impede qualquer manifestação em nome do representado até a sua regularização.

4.1.4 – As microempresas, ou empresas de pequeno porte, deverão apresentar no ato a declaração e comprovação de enquadramento em um dos regimes, para que possa ter o benefício do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123/06 e na Lei Complementar Municipal nº 178/2008, conforme **ANEXO V A**.

4.1.5 – Cada representante somente poderá exercer a representação de uma única proponente.

4.1.6 – Por credenciais entende-se:



TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

- a) Procuração pública ou particular com firma reconhecida (nos termos do item 3.0.6 "a"), outorgando poderes de representação na referida licitação.
- b) Carta de Representação – **ANEXO IV A**, em papel timbrado da empresa, com firma reconhecida do outorgante (nos termos do item 3.0.6 "a"), conforme o parágrafo 2º do artigo 654 do Código Civil.
- c) Caso seja o representante legal da proponente, deverá apresentar documento que comprove sua capacidade de representar a mesma (No caso de sócio, ou diretor constituído, deverá ser apresentado o contrato social)

c.1) Os documentos de cada Representante serão retidos pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação e membros participantes e juntados ao processo licitatório.

4.2 – Da apresentação das propostas

4.2.1 – Na data de **10 de setembro de 2019, às 14:00 horas (Horário de Brasília/DF)**, as proponentes interessadas deverão comparecer na sala de Reuniões da Superintendência de Compras e Licitações, sito à Quadra 401 Sul, Av. Joaquim Teotônio Segurado, CJ. 01, LT. 19-A, Plano Diretor Sul, Palmas – TO, CEP 77.015-550, para entrega dos Envelopes nº 1 (Documentos de Habilitação) e nº 2 (Proposta de Preços) e abertura dos Envelopes nº 1 e demais conforme o caso.

4.2.2 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

4.2.3 – Os Documentos de Habilitação e a Proposta de Preços deverão ser entregues na data estabelecida pelo item 4.2.1, por representante devidamente credenciado, munido dos documentos que comprovem seus poderes de representação e apresentados em envelopes lacrados, distintos e identificados em sua capa, da seguinte forma:

ENVELOPE nº 1 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº /2019
DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE
NOME, TELEFONE E E-MAIL DO REPRESENTANTE CREDENCIADO

ENVELOPE nº 2 – PROPOSTA DE PREÇOS

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº /2019
DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE
NOME, TELEFONE E E-MAIL DO REPRESENTANTE CREDENCIADO

4.2.4 – A não entrega dos envelopes no dia, hora e local estabelecidos, equivalerá à desistência da participação na Tomada de Preços.

4.2.5 – Os documentos deverão ser apresentados em linguagem clara, sem rasuras, emendas, entrelinhas ou ressalvas, e deverão observar as seguintes regras com relação ao idioma:



TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

- a) Todos os documentos que se relacionam à Tomada de Preços deverão ser apresentados em língua portuguesa e toda documentação será compreendida e interpretada de acordo com o referido vernáculo;
- b) Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por tradutor juramentado e também devidamente consularizados;
- c) Na eventualidade do país da empresa estrangeira ter firmado Convenção de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa com o Brasil, a autenticação dos documentos pelos respectivos consulados fica dispensada, devendo ser apresentada cópia autenticada da referida convenção.

4.2.6 – Será admitida a entrega dos documentos por via postal, entretanto a Comissão não se responsabiliza pela inviolabilidade da proposta durante o seu trâmite, devendo o mesmo ser entregue lacrado para a Comissão de Licitação, que o manterá assim até a abertura da sessão. A Comissão também não será responsável pelo atraso da entrega e não adiará de forma alguma a abertura por essa razão. O interessado em participar que adotar este meio de entrega não poderá se manifestar no que tange aos atos ocorridos durante a Sessão, uma vez que não se credenciará para a participação.

4.2.7 – Para efeito de padronização, os modelos constantes deste edital deverão ser obedecidos.

4.2.8 – A proponente arcará com todos os custos relacionados com a preparação e apresentação de sua proposta. A Administração, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação, ou os resultados desta.

4.3 – Das sessões públicas

4.3.1 – Será realizada, primeiramente, a sessão pública para recebimento e abertura dos Envelopes nº 1 (Documentos de Habilitação) e nº 2 (Proposta de Preços). Neste caso, a Comissão Permanente de Licitação poderá suspender a reunião para análise dos documentos e realizar diligências e consultas, marcando nova data e horário para prosseguimento dos trabalhos, comunicando sua decisão às proponentes.

4.3.2 – Havendo desistência expressa de todas as proponentes em interpor recurso quanto ao resultado da Habilitação e estando presentes os representantes de todas as proponentes, proceder-se-á imediata abertura das propostas de preços sendo as mesmas rubricadas folha a folha, pelas proponentes, na presença da Comissão Permanente de Licitação, que as autenticará com suas rubricas. O resultado do julgamento será publicado nos meios oficiais.

4.3.3 – Caso não haja a abertura dos envelopes nº 02 na primeira sessão, a Comissão Permanente de Licitação manterá em seu poder o envelope contendo as Propostas de Preços lacrado, que deverá ser rubricado por todas as proponentes presentes na primeira sessão pública

4.3.4 – O envelope contendo as Propostas de Preços de proponente inabilitada, não retirado pelo representante na data da abertura das demais propostas, ficarão em poder da Comissão Permanente de



TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

Licitação, devidamente lacrados, à disposição da empresa durante 30 (trinta) dias corridos. Findo este prazo, sem que os mesmos sejam retirados pela concorrente inabilitada, este órgão não se responsabilizará pela guarda desses envelopes.

4.3.5 – A sessão pública para abertura dos Envelope nº 2 será devidamente informada às proponentes pelos meios legais.

4.3.6 – Da reunião para recebimento e abertura dos Documentos de Habilitação e da Proposta de Preços, serão lavradas atas circunstanciadas, que mencionarão todas as proponentes, os documentos e as propostas apresentadas, bem como as demais ocorrências que interessem ao julgamento da licitação, as quais serão assinadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e por todas as proponentes presentes.

4.3.7 – A inversão dos documentos no interior dos envelopes, como por exemplo, a colocação da Proposta de Preços no envelope dos Documentos de Habilitação ou da Proposta de Preço, acarretará a exclusão sumária da proponente no certame.

4.3.8 – Todas as folhas de cada uma das vias dos Documentos de Habilitação e das Propostas de Preços deverão ser rubricadas e assinadas por um representante legal da empresa.

4.3.9 – Se na primeira etapa da licitação, nenhuma proponente tiver seus Documentos de Habilitação aceitos, ou se na segunda etapa da licitação todas as proponentes forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar às proponentes o prazo de 8 dias úteis para apresentação de nova documentação, referente à cada etapa, escoimando os vícios ou irregularidades apontadas, na forma do artigo 48, §3º da Lei nº 8.666/93.

5. DO JULGAMENTO

5.1 – Dos critérios de julgamento

5.1.1 – A Tomada de Preços objeto desta licitação se dará pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

5.1.2 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste edital e seus anexos; que sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis; que indiquem preço igual a zero, simbólicos e/ou irrisórios e ainda, valor global e/ou preço unitário superior ao orçamento referencial.

5.1.3 – A proponente deve examinar, cuidadosamente, todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e outras referências citadas neste edital e em seus anexos.

5.1.4 – Eventuais deficiências no atendimento aos requisitos e exigências para a apresentação dos documentos, serão consideradas de responsabilidade exclusiva da proponente.



TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

5.1.5 – Os documentos que não atenderem às exigências estabelecidas neste edital poderão implicar na desclassificação ou inabilitação da proponente.

5.1.6 – É facultada à Comissão Permanente de Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo administrativo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar dos envelopes.

5.1.7 – O recebimento das propostas não implica em sua aceitação.

5.1.8 – Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

5.2 – Da análise dos documentos de habilitação

5.2.1 – A Comissão Permanente de Licitação analisará a documentação para verificar a habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal das proponentes.

5.2.2 – A qualificação técnica da licitante poderá ser submetida à área técnica da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural**, para emitir parecer, cabendo à Comissão Permanente de Licitação o julgamento final e a publicação do seu resultado.

5.3 – Da análise da proposta de preços

5.3.1 – As propostas poderão ser submetidas a parecer técnico do órgão requisitante dos serviços antes do julgamento pela Comissão Permanente de Licitação.

5.3.2 – Serão considerados inexequíveis os preços que apresentarem desvios ou incompatibilidades evidentes em relação ao mercado e à legislação fiscal, ainda que este edital não tenha estabelecido limites mínimos.

a) Quando solicitado, o licitante deverá demonstrar a exequibilidade de seus preços por meio de planilha detalhada de custos, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

5.3.3 – A contratação não poderá superar o valor de referência da PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS.

5.3.4 – Serão desclassificadas as Propostas de Preços que:

a) Não atenderem as exigências contidas neste Edital ou que imponham condições não previstas neste ato convocatório;

b) Apresentem valor global superior ao estimado;

c) Apresentem cronograma com valores mensais superiores ao estimado, conforme cronograma físico-financeiro de execução fornecido juntamente com os elementos instrutores.

d) Apresentem os valores unitários superiores ao estimado pela Administração.



TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

5.3.5 – Não será admitida, sob pretexto algum, a introdução de modificações na Proposta de Preços, sob alegação de insuficiência de dados e informações.

5.3.6 – Com exceção das correções feitas pela Comissão Permanente de Licitação, estritamente na forma estabelecida no item 5.3.7, não serão aceitas propostas de preços contendo borrões, emendas ou rasuras.

5.3.7 – A Comissão Permanente de Licitação examinará as propostas, que atenderem em sua essência aos requisitos do edital, quanto a eventuais erros aritméticos, corrigindo, exclusivamente, aqueles que se enquadrarem na forma a seguir:

- Discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso: prevalecerá o valor por extenso;
- Erro no cálculo do preço unitário pela quantidade por item correspondente: será retificado mantendo-se a quantidade por item e o preço unitário, corrigindo-se o produto;
- Erro de adição: será retificado, conservando-se as parcelas corretas e corrigindo-se a soma.

5.3.8 – O valor final da proposta corrigido pela Comissão Permanente de Licitações, nas formas indicadas no item 5.3.7, constituirá o valor da Proposta de Preço. Se a proponente não aceitar as correções procedidas, sua proposta será desclassificada.

5.3.9 – Não será admitido aos licitantes, nas composições de BDI ou de encargos financeiros, a inclusão de alíquotas de impostos que estejam superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária. Não deverão ser considerados os percentuais referentes ao IRPJ e CSLL.

5.3.10 – A empresa deverá apresentar declaração que os preços unitários apresentados na proposta de preços estão contemplados sem a desoneração, em conformidade CNAE que representa a atividade de maior receita, modificando os setores a serem beneficiados com o regime de não desoneração da folha de pagamentos que substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% sobre o total da folha de pagamento pela contribuição previdenciária sobre a receita bruta, conforme modelo no **ANEXO VI C**.

5.4 – Da classificação das proponentes

5.4.1 – Observadas as disposições contidas na Lei nº 8.666/93, será declarada vencedora do certame a proposta que obtiver **MENOR PREÇO GLOBAL**.

5.4.2 – O critério de aceitabilidade dos preços será o de compatibilidade com os preços de insumos e salários praticados no mercado, coerentes com a execução do objeto da licitação, observados os seguintes limites:

- O valor global da proposta não poderá exceder ao valor estimado pela Administração, conforme planilhas orçamentárias oferecidas;
- Os valores unitários deverão ser menores ou iguais à mediana do SINAPI mantido e divulgado, na internet, pela Caixa Econômica Federal.
- Para os itens da planilha orçamentária resultantes de composição, sem aplicação direta do código SINAPI, os valores unitários não poderão ser superiores ao estimado pela Administração.



TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

5.4.3 – O índice de BDI utilizado pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL**, sobre a verificação dos preços unitários em relação à tabela SINAPI, será realizada considerando-se o BDI de 21,35% (vinte e um vírgula trinta e cinco por cento).

5.4.4 – Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

5.4.5 – Erros no preenchimento da planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

5.4.6 – As alterações de que trata este subitem serão submetidas à apreciação da Comissão, com a devida anuência de todos os licitantes.

5.4.7 – Não será aceita reclamação posterior relativamente às propostas, sem que tenha sido devidamente registrada em ata, salvo se prevista em lei.

5.5 – Dos critérios de desempate

5.5.1 – Classificadas as propostas, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), que faça jus ao tratamento diferenciado, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, regulamentada pelo Decreto nº 6.204/07 e da Lei Complementar Municipal nº 178/2008.

5.5.2 – A Comissão verificará as propostas classificadas ofertadas por licitantes ME/EPP que sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta classificada em primeiro lugar, desde que a primeira colocada não seja ME/EPP.

5.5.3 – As propostas que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP melhor classificado será notificado para, se desejar, apresentar uma nova proposta de preço para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada.

5.5.4 – A nova proposta de preço deverá ser apresentada de acordo com as regras deste Edital, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da intimação do licitante.

5.5.5 – Caso a ME/EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, ou não apresente proposta válida, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP participantes que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido nos subitens anteriores.



TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

5.5.6 – Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP empatadas, no referido intervalo de 10% (dez por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitens acima.

5.5.7 – Havendo êxito no procedimento, e sendo considerada válida a nova proposta apresentada, a ME/EPP assumirá a posição de primeira colocada no certame. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP, ou ainda não existindo ME/EPP participante, permanecerá a classificação inicial.

5.5.8 – Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º da Lei nº 8.666/93, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) Produzidos no País;
- b) Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- d) Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou reabilitado da previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

5.5.9 – Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.

6. DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

6.1 – Dos questionamentos e informações adicionais

6.1.1 – As pessoas físicas ou jurídicas poderão formular questionamento sobre o edital diretamente no endereço da Superintendência de Compras e Licitações da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, sito à Quadra 401 Sul, Av. Joaquim Teotônio Segurado, CJ. 01, LT. 19-A, Plano Diretor Sul, Palmas –TO, CEP 77.015-550, ou via e-mail, respeitado o horário das 13:00 às 19:00 horas, de segunda a sexta, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis antes da data prevista no item 4.2.1, devendo constar do questionamento a identificação da empresa e formas de contato.

6.1.2 – Os esclarecimentos que venham a ser solicitados serão respondidos por e-mail ou diretamente ao interessado que realizou o questionamento.

6.1.3 – Todas e quaisquer informações adicionais divulgadas pela Comissão Permanente de Licitação serão consideradas como documento inerente e complementar a este edital de licitação.

6.2 – Dos recursos administrativos



| |
|-------------|
| SUCOL |
| Fis.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

6.2.1 – Dos atos decorrentes das decisões da Comissão Permanente de Licitação, caberá recurso, com efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação, no Diário Oficial, do respectivo julgamento, ou no caso do artigo 109, § 1º de Lei nº 8.666/93, imediatamente após a lavratura da respectiva ata.

6.2.2 – Os recursos administrativos deverão ser obrigatoriamente protocolados junto à Superintendência de Compras e Licitações ou encaminhados via e-mail devidamente digitados e assinados pelo representante legal da licitante, acompanhado de documento que comprove a representação.

6.2.3 – Interposto o recurso, será comunicado às demais proponentes que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

6.2.4 – O recurso será dirigido ao presidente da Comissão Permanente de Licitação que poderá reconsiderar sua decisão, ou encaminhá-lo, devidamente fundamentado, a autoridade superior para ser apreciado e julgado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que o recurso for encaminhado.

6.2.5 – Nenhum prazo de recurso se iniciará, ou correrá, sem que os autos do processo estejam com vista franqueada às proponentes interessadas.

6.3 – Da impugnação ao edital

6.3.1 – A impugnação dos termos do edital se efetivará em conformidade com o artigo 41 da Lei nº 8.666/93, devendo ser protocolada junto à Superintendência de Compras e Licitações ou encaminhada via e-mail (cplpalmas@gmail.com) dirigida ao presidente da Comissão Permanente de Licitação, devidamente digitada e assinada, nos seguintes prazos:

- a) Por qualquer cidadão, em até 5 (cinco) dias úteis antes da data estabelecida para a abertura dos envelopes de habilitação. Deverá juntar cópia do documento de identidade;
- b) Pela licitante, em até 2 (dois) dias úteis antes da data estabelecida para a abertura dos envelopes de habilitação, deverá ser juntado cópia do contrato social que comprove que a empresa tenha atividade compatível com o objeto licitado.

6.3.2 – A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório.

6.4 – Da homologação e adjudicação

6.4.1 – Após decididos os recursos eventualmente interpostos, o objeto da licitação será adjudicado ao vencedor pela Comissão Permanente de Licitação, e o processo submetido ao ordenador de despesas para fins de expedição do ato de homologação do resultado.



TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

6.4.2 – Homologado o procedimento administrativo licitatório, a licitante será convocada para a celebração do contrato.

6.5 – Das sanções no procedimento licitatório

6.5.1 – Caso a licitante deixe de atender alguma das exigências durante a fase de licitação, poderão ser aplicadas às seguintes penalidades:

6.5.1 – ADVERTÊNCIA: É o aviso por escrito, emitido quando a Licitante descumprir qualquer obrigação, e será expedido pela Superintendência de Compras e Licitações.

6.5.2 – MULTA: É a sanção pecuniária no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da licitação, que será imposta à Licitante, pela Superintendência de Compras e Licitações nos seguintes casos:

- Quando a licitante não mantiver sua proposta após a fase habilitação;
- Em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, após decorrido 5 (cinco) dias.

6.5.2.1 – A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto na Lei nº 8.666/93.

6.5.3 – SUSPENSÃO: Da participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE PALMAS

- Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
- Receber qualquer das multas previstas no subitem 6.5.2 e não efetuar o pagamento;
- Recusar-se a assinar o contrato ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo.

6.5.3.1 – A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Município, do Estado e da União.

6.5.4 – Em todos os casos sempre será observado o direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório.

7. DO CONTRATO

7.0.1 – Após homologação do certame e publicação do resultado final, o contratante convocará o contratado para assinatura do instrumento contratual relativo ao objeto, devendo comparecer no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da notificação, prorrogável por até igual período quando solicitado justificadamente pelo interessado.

7.02 – Não havendo o comparecimento da proponente vencedora no prazo estipulado para assinatura do contrato, a Comissão Permanente de Licitação poderá convidar sucessivamente as proponentes que



TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

lhe seguirem por ordem de classificação, sem prejuízo de outras medidas que possa tomar em relação à proponente faltosa, conforme artigo 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

7.0.3 – O contrato será firmado conforme minuta constante no **ANEXO III**.

7.0.4 – Quando notificado antes da efetiva conclusão do objeto a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual, conforme previsto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, mediante justificativa técnica por parte do ordenador da despesa.

7.0.5 – Aplicar-se-á no que couber, na execução contratual, as disposições contidas nos arts. 54 a 87 da Lei nº 8.666/93.

7.1 – Da medição e pagamento

7.1.1 – Os serviços executados serão medidos e pagos conforme Cronograma Físico-financeiro e demais condições constantes no *Anexo III – Minuta do Instrumento Contratual*. Os preços serão os constantes da Proposta de Preços aprovada.

7.2 – Da fiscalização

7.2.1 – Os serviços objeto dessa licitação, quando contratados, serão fiscalizados pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL** ou por prepostos, credenciados junto à licitante contratada, observando-se as disposições contidas no *Anexo III – Minuta do Instrumento Contratual*.

7.3 – Das obrigações

7.3.1 – As obrigações contratuais encontram-se descritas no *Anexo III – Minuta do Instrumento Contratual*.

7.4 – Das sanções contratuais

7.4.1 – As sanções contratuais encontram-se descritas nos *Anexo II – Termo de Referência* e *Anexo III – Minuta do Instrumento Contratual*.

7.5 – Da rescisão

7.5.1 – O contrato resultante da presente licitação poderá ser rescindido, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, observando-se as disposições do *Anexo III – Minuta do Instrumento Contratual*.

7.6 – Da cessão, sub-rogação



TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

7.6.1 – Não será permitida a cessão, sub-rogação do total ou partes acessórias do objeto licitado.

7.7 – Da subcontratação

7.7.1 – Mediante prévia autorização da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL**, a CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte dos serviços, desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas.

7.7.2 – No caso de subcontratação, esta será autorizada em casos excepcionais e abrangerá somente até 30% (trinta por cento) dos serviços, e não deverá recair sobre parcelas de maior relevância nem de valor significativo do contrato, observados os termos do art. 72 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a subcontratada às mesmas condições de habilitação exigidas no certame, às responsabilidades contratuais e às legais, até o limite da subcontratação.

7.7.3 – As licitantes poderão subcontratar até 30% (trinta por cento) do valor licitado para as microempresas – ME e empresa de pequeno porte – EPP, nos termos do art. 48, II da Lei Complementar 123/2006 c/c art. 7º, I do Decreto nº 8.538, de 2015.

7.8 – Do reajustamento

7.8.1 – Os preços contratuais serão fixos e irrevogáveis pelo período de 01 (um) ano e, ultrapassado este limite, serão reajustados para mais ou para menos a partir da data da apresentação da proposta pelo índice de reajuste da Fundação Getúlio Vargas, específico dos itens de **obras rodoviárias**, ou outro índice que venha a substituí-lo, conforme disposições constantes do item no *Anexo II – Termo de Referência* e *Anexo III – Minuta do Instrumento Contratual*, de acordo com a seguinte fórmula:

$R = [(Im - Io) / Io] \times P$, onde:

R = valor do reajustamento procurado;

Im = índice relativo ao da data do adimplemento da obrigação;

Io = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondentes à data fixada para entrega da proposta da licitação;

P = preço unitário contratado.

7.8.2 – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;



TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

$I = \frac{(6/100)}{365}$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

7.8.3 - A mera participação no procedimento licitatório autoriza a retenção do valor correspondente a 1% (um por cento) dos pagamentos realizados pelo Município de Palmas com fonte de recursos ordinários (recursos próprios – Fonte -00) e posterior repasse ao Fundo de Inovação e Desenvolvimento Econômico de Palmas – FIDEP, na forma do inc. XIII do art. 7º da Lei Municipal nº 2024/2014, acrescida pela Lei Ordinária nº 2.353 de 25/10/17, **caso o licitante seja declarado vencedor no certame e ocorra e efetiva contratação.**

7.8.4 -Será feita a retenção do valor correspondente a 1% (um por cento) dos pagamentos realizados pelo Município de Palmas com recursos oriundo de fonte do tesouro municipal – recurso ordinário – FT-00, e posteriormente repassado ao Fundo de Inovação e Desenvolvimento Econômico de Palmas – FIDEP, na forma do inc. XIII do art. 7º da Lei Municipal nº 2024/2014, acrescida pela Lei Ordinária nº 2.353 de 25/10/17.

7.9 – Da garantia contratual

7.9.1 – No ato da assinatura do contrato, deverá o contratado apresentar garantia de execução, perante a Tesouraria da Secretaria de Finanças, na forma de caução, no montante de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

7.9.2 – Observadas as orientações contidas no art. 56 da Lei nº 8.666/93, a caução mencionada no item anterior poderá ser efetuada mediante:

- Títulos da dívida pública**, os quais não poderão estar onerados por cláusula de impenhorabilidade e intransferibilidade, e deverão ser do tipo nominativo endossável;
- Em espécie**, perante a Tesouraria da Secretaria de Finanças;
- Carta de fiança bancária**;
- Seguro-garantia** em apólice nominal à Prefeitura de Palmas.

7.9.3 – Os licitantes classificados na forma do § 2º do art. 48 da Lei 8.666/93 ficam obrigados à prestação da garantia adicional.

7.9.4 – Os Títulos da Dívida Pública somente serão aceitos se a proponente apresentar prova de que o mesmo foi escriturado no Sistema Centralizado de Liquidação e Custódia - SELIC, e seu valor econômico será aquele certificado pelo Ministério da Fazenda, conforme art. 61 da Lei Complementar 101/2000.

7.9.5 – No caso de Fiança Bancária, esta deverá ser, a critério do contratado, fornecida por um banco



TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

localizado no Brasil.

7.9.6 – No caso da opção pelo Seguro-Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no país, e em nome da contratante, cobrindo o risco de quebra do contrato.

7.9.7 – Em qualquer caso, a garantia deverá ter um prazo suficiente para a execução da obra, sendo que a contratada deverá estar sempre atenta à data de seu vencimento para a renovação tempestiva.

7.9.8 – A garantia prestada pela proponente vencedora será restituída ou liberada em até 10 (dez) dias consecutivos após a conclusão final dos serviços, objeto deste Edital, mediante a apresentação do termo de recebimento definitivo.

7.9.9 – O resgate de caução de garantia de execução do contrato, ou o valor que dela restar, dar-se-á mediante a apresentação do termo de recebimento definitivo do objeto licitado, fornecido pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL**, observadas as disposições contratuais

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 – A simples apresentação de documentação não envolve qualquer compromisso de contratação por parte do Município de Palmas, importando, entretanto, irrestrita e irrevogável aceitação das condições de qualificação e dos termos deste edital.

8.2 – Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

8.3 – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

8.4 – As propostas lacradas das empresas desclassificadas que permanecerem em poder da Comissão serão destruídas em 30 (trinta) dias a contar da data de homologação do certame.

8.5 – As normas que disciplinam esta Tomada de Preços serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

8.6 – Os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília/DF.

8.7 – O presente edital e suas exigências técnicas foram elaborados em conformidade com a documentação constante na fase interna do Processo nº 2019015320 devidamente aprovada pelas autoridades competentes.



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

| |
|--------------|
| SUCOL |
| Fis.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

8.8 – O Instrumento Convocatório e seus Anexos poderão ser retirados na **Superintendência de Compras e Licitações** do Município de Palmas/TO, sito à Quadra 401 Sul, Av. Joaquim Teotônio Segurado, CJ. 01, LT. 19-A, Plano Diretor Sul, Palmas –TO, CEP 77.015-550, de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 13:00 às 19:00 ou no site do Município de Palmas, no endereço <http://www.palmas.to.gov.br/>, e portaldatransparencia.palmas.to.gov.br/licitações

Palmas, 20
de agosto de 2019.

GIOVANE NEVES COSTA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

| |
|--------------|
| SUCOL |
| Fis.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

ANEXO I
ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

| |
|--------------|
| SUCOL |
| Fls.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

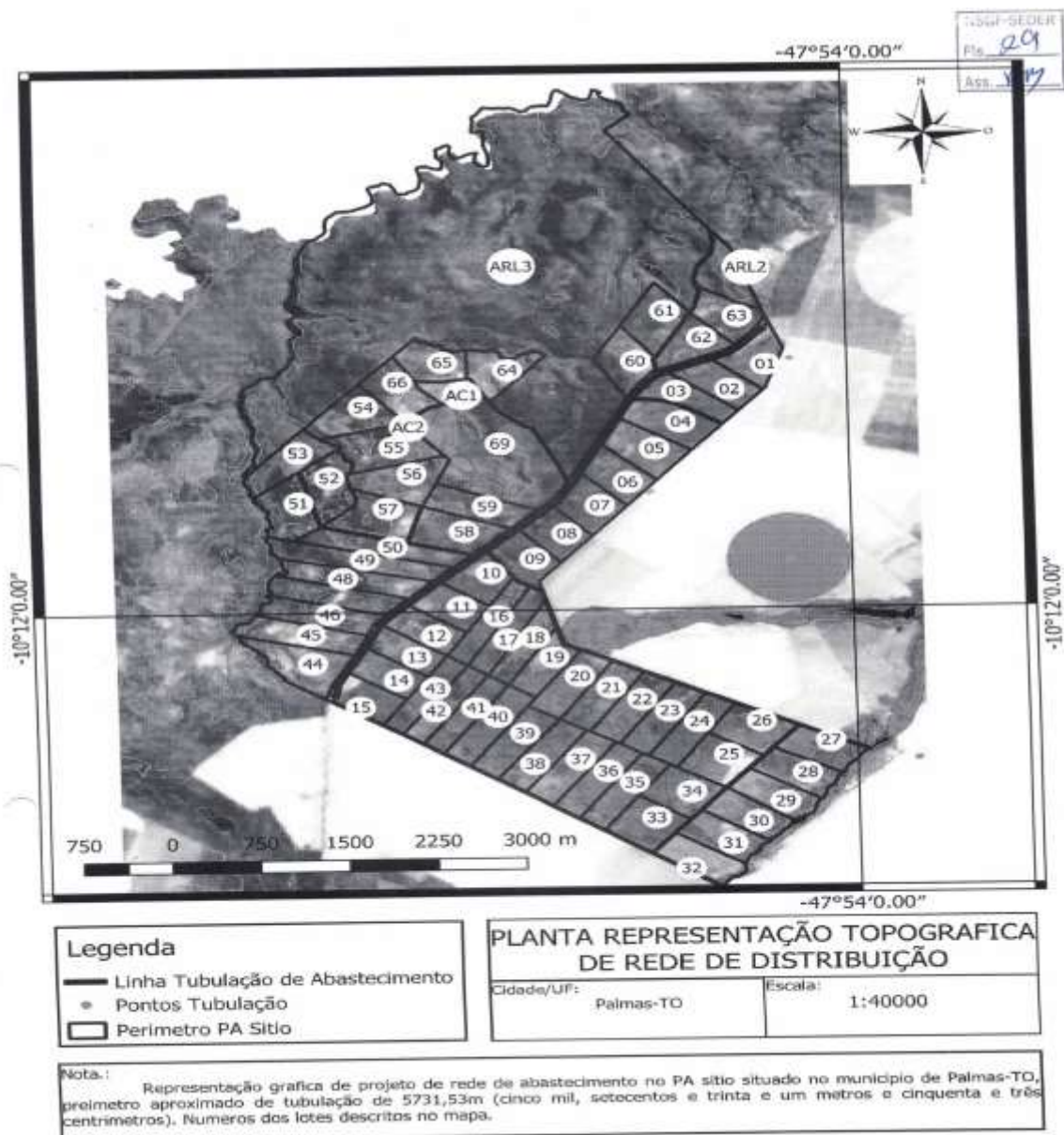
| QUANTIFICAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: | | | | |
|---|-------------|---|------------------------|---------------------------|
| QTD | Unid | Especificações | Vir Unit mensal | Vir Total Estimado |
| 01 | SVR | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS. -05 UNIDADES DE POÇOS DE ATÉ 200 MTS DE PROFUNDIDADES, COM SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA COM ATÉ 4.200 METROS. | 802.455,70 | 802.455,70 |
| | | TOTAL | | 802.455,70 |
| 7 - VALOR ESTIMADO / COTAÇÃO: R\$ 802.455,70 (OITOCENTOS E DOIS MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E SETENTA CENTAVOS) | | | | |



TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

ANEXO I "A" - ELEMENTOS INSTRUTORES

PLANTA DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ABASTECIMENTO HÍDRICO





PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

SUCOL

Fis.: _____

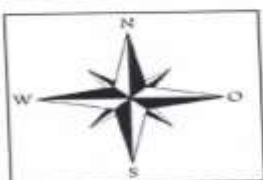
Ass.: _____

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação



| Legenda | |
|---------|---------------------------------------|
| | Localização Caixa D'Água |
| | Rede de Distribuição de Abastecimento |
| | Perímetro PA Veredão |

| PLANTA REPRESENTAÇÃO TOPOGRAFICA DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO | |
|--|-----------|
| Cidade/TO: | Palmas/TO |
| Escala: | 1:32750 |



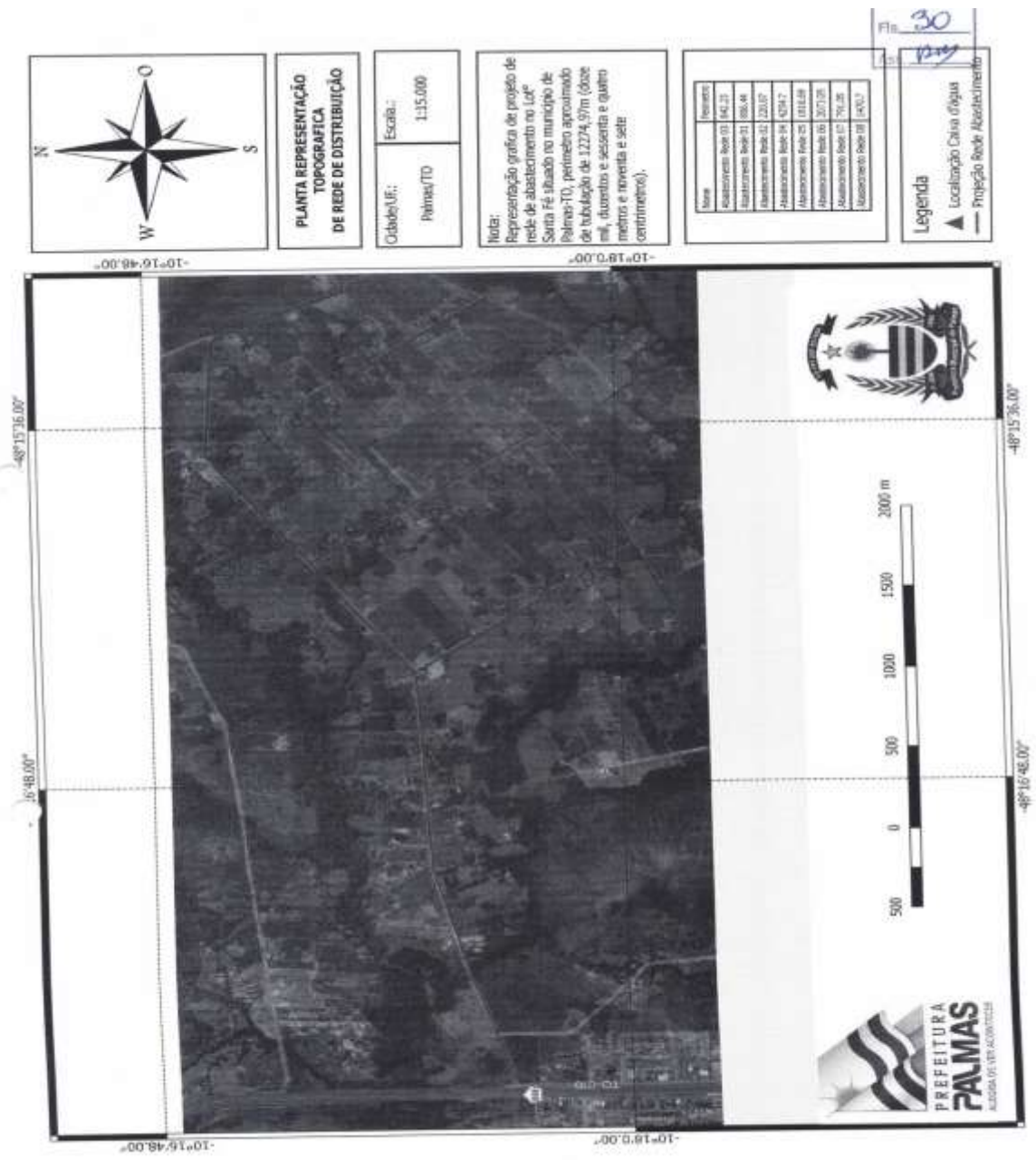
Nota: Representação grafica de projeto de rede de abastecimento no PA Veredão situado no município de Palmas-TO, perímetro aproximado de tubulação de 10969,07m (dez mil, novecentos e sessenta e nove metros e sete centímetros).
Perímetro do imóvel PA Veredão extraído da base de dados do INCRA, sistema i3Geo disponível para consulta pública, com data de download 21/01/2019.



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

| |
|--------------|
| SUCOL |
| Fls.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação





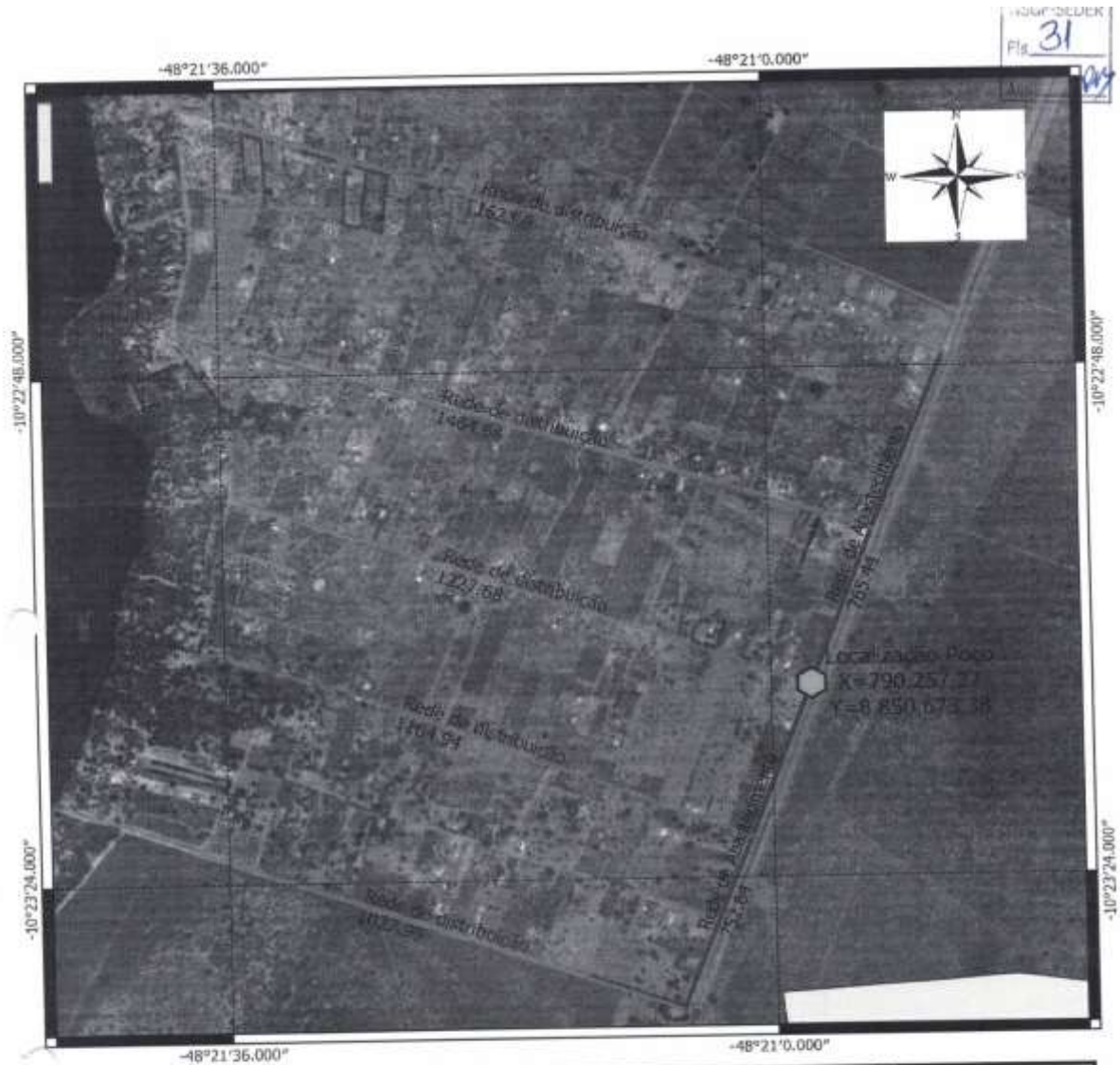
PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

SUCOL

Fis.: _____

Ass.: _____

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação



PLANTA DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ABASTECIMENTO HIDRICO

Cidade: Palmas-TO

Localização: Vila Agrotins



Tabela de Distâncias

| Referencia | Perimetro |
|-----------------------|-----------|
| Rede de Abastecimento | 765.44 |
| Rede de Abastecimento | 752.64 |
| Rede de distribuição | 1623.8 |
| Rede de distribuição | 1464.64 |
| Rede de distribuição | 1227.68 |
| Rede de distribuição | 1164.94 |
| Rede de distribuição | 1027.99 |

Legenda

- Poço
- Rede de Abastecimento
- Rede de distribuição
- Cotas de Nivel**
- 150
- 250



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

SUCOL

Fls.: _____

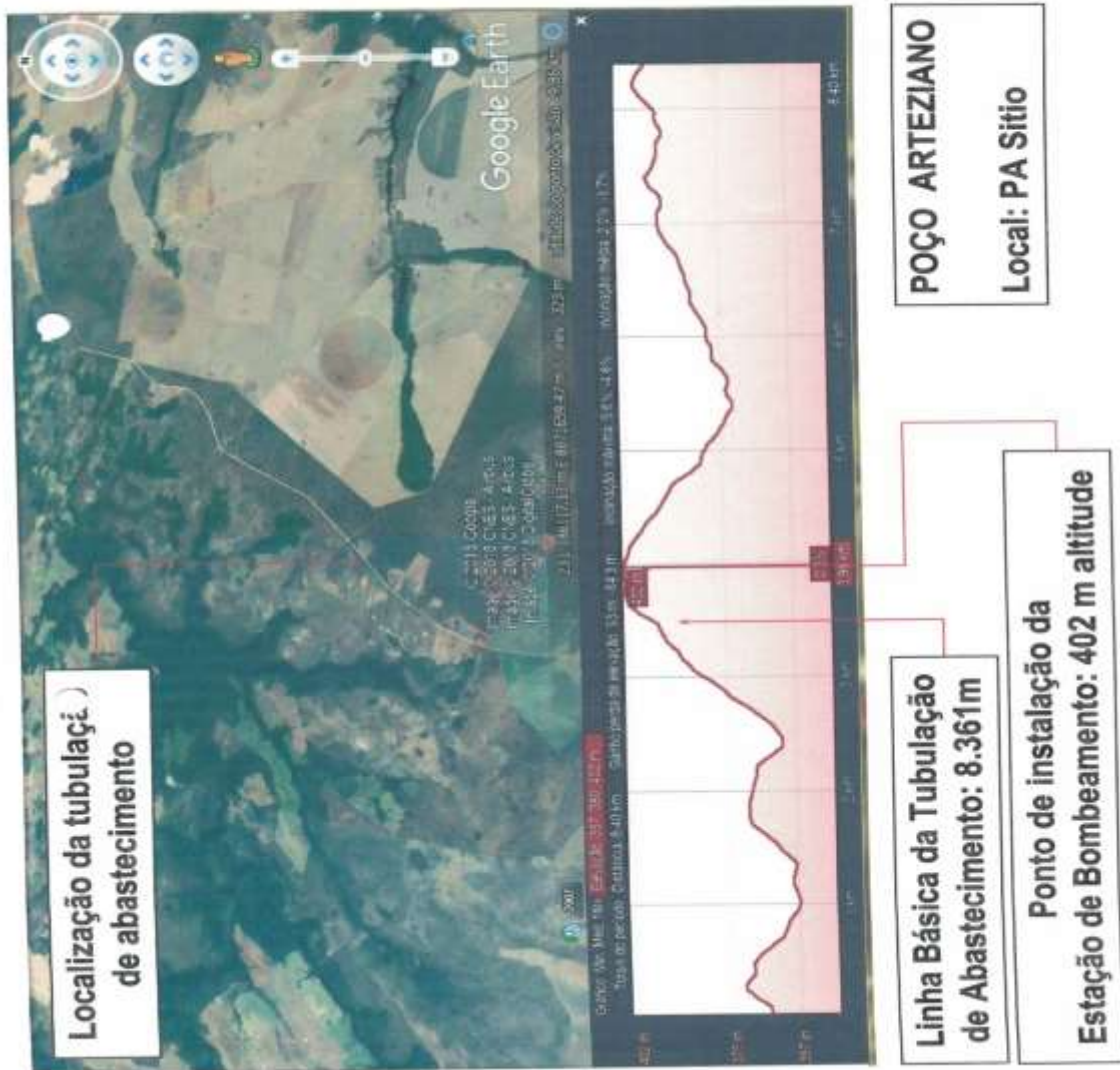
Ass.: _____

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

SUCOL

Fls. 92

Ass. DV3



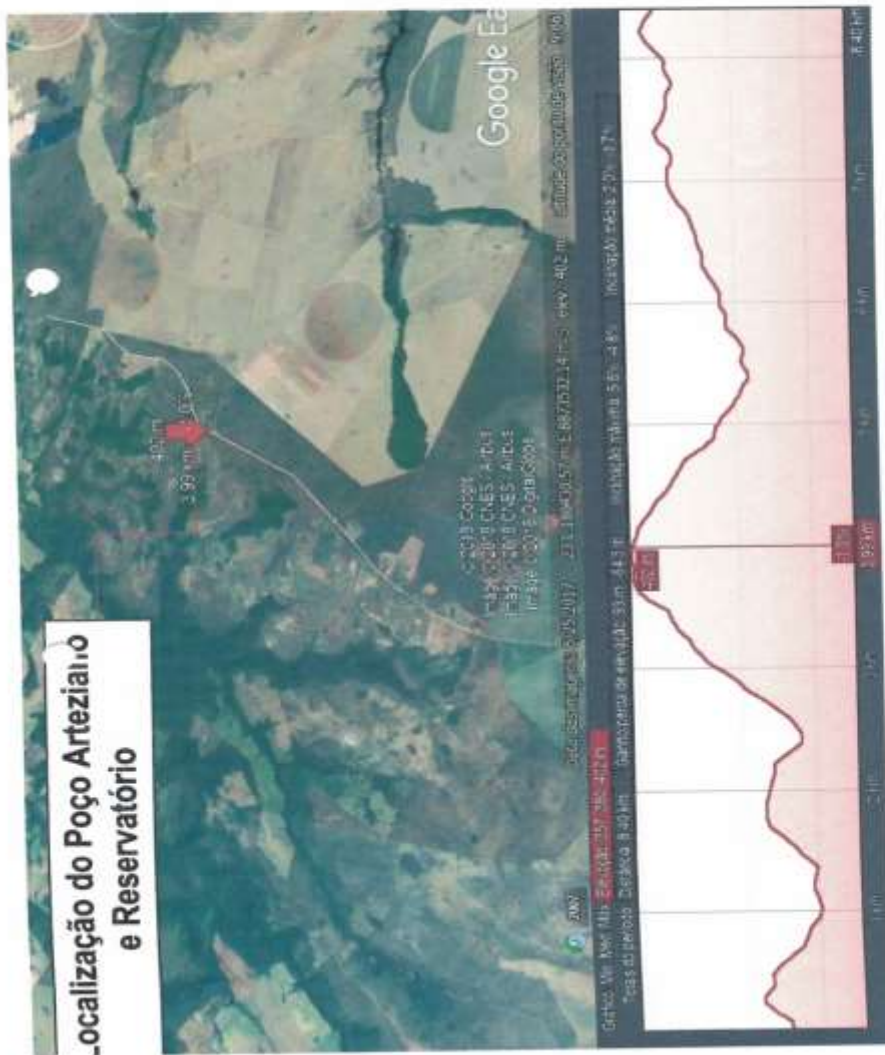


PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

| |
|--------------|
| SUCOL |
| Fls.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

| |
|------------------|
| Fls.: 33 |
| Ass.: RPY |



POÇO ARTEZIANO
Local: PA Sítio



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

SUCOL

Fis.: _____

Ass.: _____

Tel.: 3212-7244
Fls. 34
Ass. 217



POÇO ARTEZIANO

Local: PA Sítio

**Topografia da Linha Básica da Tubulação
de Abastecimento: 8.361m**



TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação



Planta Topográfica

Escola Municipal de Tempo Integral Professora Sueli Pereira de Almeida Reche

Legenda

Perímetros da ETI

Área Total ETI

Área Horta

Poços:

Poço Existente

Poço a Perfurar

ESCALA.:

1:1.000

MUNICÍPIO/UF.:

Palmas/TO

Nota.: Localização geográfica do perímetro da Escola Municipal de Tempo Integral Professora Sueli Pereira de Almeida Reche, e posicionamento avaliado para perfuração de poço.



TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

Anexo I "B" – Memorial Descritivo

MEMORIAL DESCRITIVO

Este memorial tem como objetivo subsidiar, descrever e especificar os serviços a serem executados na obra de perfuração de poços artesianos, na zona rural do município de Palmas - TO. Todos os serviços serão executados rigorosamente de acordo com os documentos fornecidos pela Secretaria municipal de Desenvolvimento rural e em completa obediência aos princípios da boa técnica, devendo ainda satisfazer rigorosamente as Normas Brasileiras. Durante a obra será feita periódica remoção de todo entulho e detritos que venham a ser acumulados no local. A obra será considerada concluída quando todos os serviços estiverem acabados, tiverem sido executadas limpezas externas, estando à mesma em perfeitas condições de uso, para receber vistoria final.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

PROCEDIMENTO DE EXECUÇÃO DA OBRA A contratada deverá executar a obra atendendo as exigências contidas na NBR 12.244 (Construção de poço para captação de águas subterrânea)

- Perfuração de poço tubular profundo, incluindo o revestimento das camadas inconstantes com tubos geomecânicos stander 154 mm, cimentação anular com pasta de cimento e aditivos. ensaio de vazão de 12 horas. análise fisico-química da água. tampa de proteção (profundidade estimada de até 200 mts para poços profundos). com o fornecimento de 2 motobombas submersas para cada poço com capacidade de bombeamento de até 3.0 m³/h, c/ mca de até 150 metros, com instalação de quadro de comando elétrico, disponibilizando todo material elétrico, mecânico e hidráulico e mão de obra para execução dos serviços, fornecimento de tubo edutor hidromecânico e conjunto moto-bomba com parte girante em aço inox. rede de adução de 6 metros pvc puv isdn 60,50 mm para 3m³/h. caixa de reservação capacidade para 30 m³. rede de distribuição de 4.400 metros pvc is dn 50mm.

a) Serviços preliminares

- Obtenção, junto ao NATURATINS, da licença para perfuração do poço tubular profundo e não profundo.
- Instalação de placa de identificação de obra, nas dimensões 3,0 m x 1,5 m.



TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

b) Amostra de Solo

- A contratada terá o prazo de 15(quinze) dias úteis para a entrega da análise da amostra do solo;

c) Captação

- Captação subterrânea, através de instalação eletromecânica de poço tubular profundo, com o fornecimento de conjunto com 2 motobomba submerso de eixo vertical com motor elétrico, potência de 3 cv, inclusive quadro de comando e proteção de motores, tubulação de extração de água em aço carbono diâmetro $\varnothing = 1 \frac{1}{2}$ ", mureta, padrão ENERGISA, cabos, eletrodos e kit barrilete na saída do poço.

- Moto bomba submersa c/ capacidade de bombeamento de até 3.0 m³/h, c/ mca de até 150 metros, quadro de comando, material elétrico e hidráulico e mão de obra, (até a boca do poço), com tubo edutor hidromecânico e conjunto motobomba com parte girante em aço. Cada poço deverá ter 02 (duas) bomba submersa 4R3IA 25 360 3cv 220+ cpdmo 4;

d) Adução

- Execução, com fornecimento total dos materiais, adutora em tubos de PVC de 50mm, inclusive escavação e aterro de valas que interligará o poço tubular profundo e raso e distribuições.

e) Reservação

Fornecimento e instalação de reservatório com capacidade de 30.000litros, instalados sobre base elevada, com boia na entrada.

f) Distribuição de água

- Serviço de abertura e fechamento de 22.000 metros de valas com instalação de de tubulação da rede de distribuição de água em tubos PVC IS DN 50mm, sendo 4.400 metros para cada reservatório. A instalação se dará do reservatório até a distância de 4.400 metros.

g) Reservatório

- Reservatório Metálico Caixa d'água tipo taça tubular com capacidade de 30.000 litros padrão instalados sobre base elevada, com boia na entrada.

Palmas, 13 de agosto de 2019



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

SUCOL

Fis.: _____

Ass.: _____

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação


Cópia não autorizada



ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas

Sede:
Rio de Janeiro
Av. Treze de Maio, 13 - 38º andar
CEP 20003 - Caixa Postal 1490
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: F.ABX (021) 210-3722
Telex: (021) 34.433 ABNT - BR
Endereço Telegráfico:
SOMMATECNICA

Copyright © 1990
ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas
Printed in Brazil
Impreso no Brasil
Todos os direitos reservados

| | | |
|---|--|-----------|
| ABR 1992 | | NBR 12244 |
| Construção de poço para captação de água subterrânea | | |
|  | | |
| Procedimento | | |
| Origem: Projeto 02:009.30-009/1989 CB-02 - Comitê Brasileiro de Construção Civil CE-02:009.30 - Comissão de Estudo de Projeto de Sistema de Abastecimento de Água NBR 12244 - Public water supply system - Wells for extraction of groundwater - Construction - Procedure Descriptors: Water, Water supply system, Well Reimpressão da NB-1290, MAR 1990 | | |
| Palavras-chave: Água, Abastecimento de água, Poço | | 6 páginas |

SUMÁRIO

- 1 Objetivo
- 2 Documento complementar
- 3 Definições
- 4 Desenvolvimento da construção
- 5 Condições gerais
- 6 Condições específicas

1 Objetivo

1.1 Esta Norma fixa as condições exigíveis na construção de poço para captação de água subterrânea, destinada ao abastecimento público.

1.2 Esta Norma se aplica a todos os tipos de poços perfurados em rochas de características físicas as mais diversas.

2 Documento complementar

Na aplicação desta Norma é necessário consultar:

NBR 12212 - Projeto de poço para captação de água subterrânea - Procedimento

3 Definições

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições de 3.1 a 3.21.

3.1 Aquífero

Formação ou grupo de formações geológicas portadoras e condutoras de água subterrânea.

3.2 Cimentação

Processo de vedação de qualquer espaço anular com argamassa ou pasta de cimento.

3.3 Desenvolvimento

Conjunto de processos mecânicos e/ou químicos que favoreçam o fluxo de água do aquífero para o poço.

3.4 Filtro

Tubulação ranhurada ou perfurada colocada no poço para facilitar o fluxo de água proveniente do aquífero.

3.5 Fiscal

Técnico legalmente habilitado (CREA) em construção de poço para captação de água subterrânea, a serviço do contratante.

3.6 Furo-piloto ou furo-guia

Perfuração efetuada para obtenção de dados preliminares das características das rochas em subsuperfície. Em muitos casos, constitui a primeira etapa de construção de um poço.

3.7 Lama de perfuração

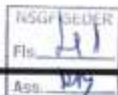
Fluido utilizado com a finalidade de sustentar as paredes do furo, transportar os resíduos de perfuração, resfriar e lubrificar as ferramentas.



TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

2

Cópia não autorizada



NBR 12244/1992

3.8 Limpeza

Remoção, por processos mecânicos e/ou químicos, dos resíduos de perfuração e de partículas do aquífero.

3.9 Litologia

Estudo dos diferentes tipos de rochas.

3.10 Nível estático (NE)

Profundidade do nível de água de um poço em repouso, isto é, sem bombeamento, medida em relação à superfície do terreno no local.

3.11 Nível dinâmico (ND)

Profundidade do nível de água de um poço bombeado a uma dada vazão, referida ao correspondente tempo de bombeamento, medida em relação à superfície do terreno no local.

3.12 Perfilagem

Conjunto de grandezas físicas, medidas em um poço através de ferramentas específicas, registradas mecânica ou fotograficamente.

3.13 Poço

Obra de captação de água subterrânea executada com sonda, mediante perfuração vertical.

3.14 Pré-filtro

Material granular colocado no espaço anular entre a coluna de tubos lisos e filtros e as paredes do poço.

3.15 Rebaixamento

Diferença entre os níveis estático e dinâmico durante o bombeamento.

3.16 Rocha

Agregado natural formado de um ou mais minerais, que constitui parte essencial da crosta terrestre.

3.17 Rocha sedimentar

Agregado natural originado da alteração, transporte, deposição ou precipitação de qualquer tipo de rocha.

3.18 Teste de alinhamento

Verificação do perfil retilíneo de um poço.

3.19 Teste de aquífero

Bombeamento de um ou mais poços com o intuito de determinar as características hidrodinâmicas do aquífero.

3.20 Teste de verticalidade

Verificação do prumo de um poço.

3.21 Vazão

Volume de água extraído do poço na unidade de tempo.

4 Desenvolvimento da construção

4.1 Elementos necessários

Na construção de um poço para captação de água subterrânea, tornam-se indispensáveis os seguintes elementos:

- a) projeto executivo do poço (ver NBR 12212):
 - locação;
 - perfil litostratigráfico previsto, com indicação das características mecânicas das formações;
 - programa construtivo do poço;
 - método de perfuração;
 - especificações técnicas construtivas;
 - especificações dos materiais;
 - cronograma físico da obra;
- b) equipamento de perfuração;
- c) ferramentas de perfuração;
- d) ferramentas auxiliares;
- e) equipamentos auxiliares;
- f) responsável técnico habilitado;
- g) fiscalização;
- h) condições de recebimento do poço.

4.2 Atividades necessárias

A construção de poço para captação de água subterrânea compreende as seguintes atividades:

- a) preparação do canteiro de obra:
 - acesso, serviços de terraplenagem, encascalhamento e confecção de bases;
 - instalação da perfuratriz e dos equipamentos auxiliares;
 - disposição dos materiais;
 - instalações diversas;
- b) perfuração:
 - perfuração inicial para colocação do tubo de proteção sanitária (tubo de boca);
 - execução de furo-piloto ou furo-guia;
 - amostragem;
 - perfuração nos diâmetros e profundidades projetados;
 - verificação dos parâmetros da perfuração;



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

SUCOL

Fis.: _____

Ass.: _____

NBR 12244/1992

Cópia não autorizada



3

- verificação das condições hidráulicas do fluido de perfuração;
- c) dimensionamento da coluna de tubos lisos e filtros:
 - elaboração do perfil litológico com base no exame e descrição das amostras;
 - execução e interpretação de perfisagens elétricas e radioativas, de diâmetros, de densidade, sônicas, laterais e outras;
 - elaboração do perfil de penetração;
 - correlação entre vários perfis para montagem do perfil composto;
- d) dimensionamento de pré-filtro:
 - análise granulométrica de amostras representativas;
- e) colocação da coluna de tubos lisos e filtros;
- f) colocação do pré-filtro;
- g) desenvolvimento;
- h) execução de testes de bombeamento;
- i) coleta de água para análise;
- j) serviços e obras complementares:
 - cimentação;
 - desinfecção;
 - construção de laje de proteção sanitária;
 - tampa;
- l) elaboração do relatório final.

5 Condições gerais

5.1 Serviços preliminares

5.1.1 O local de perfuração deve ser devidamente preparado para instalação de perfuratriz e seus acessórios, bem como para a construção das obras temporárias, como reservatórios de lama e água, valas de escoamento, etc.

5.1.2 A disposição dos materiais e equipamentos deve obedecer ao critério de organização e praticidade, de modo a não prejudicar nenhuma das fases da obra.

5.1.3 Medidas gerais de proteção e segurança devem ser adotadas para evitar acidentes pessoais na área de serviço.

5.1.4 Em local conveniente, deve ser instalada a infraestrutura necessária - vestiário, refeitório, sanitário e água potável - de modo a assegurar ao pessoal da obra con-

dições de descanso e higiene compatíveis com a natureza dos serviços.

5.2 Perfuração

5.2.1 O construtor deve dispor na obra de máquina perfuratriz e de equipamentos, ferramentas e materiais em quantidade e capacidade suficientes para assegurar a execução dos trabalhos.

5.2.2 Qualquer substituição de máquina, ferramenta ou acessório indispensável durante a perfuração para a execução do programa construtivo do poço deve correr por conta e risco do construtor.

5.2.3 A perfuração deve ser efetuada nos diâmetros e profundidades estabelecidos no projeto executivo do poço (ver NBR 12212).

5.2.4 Qualquer alteração nos diâmetros estabelecidos e/ou nas correspondentes profundidades só pode ser efetivada mediante autorização do contratante, baseada em parecer técnico da fiscalização.

5.2.5 A perfuração pode ser, inicialmente, executada através de um furo-piloto, com posterior alargamento nos diâmetros previstos no programa construtivo do poço.

5.2.6 A amostragem do material perfurado deve ser feita de 2,0m em 2,0m e a cada mudança de litologia.

5.2.7 As amostras coletadas devem ser secas e dispostas em ordem crescente de perfuração, em caixas numeradas com os respectivos intervalos de profundidade.

5.2.8 Uma vez examinadas pela fiscalização, as amostras devem ser acondicionadas em sacos plásticos etiquetados ou em vidros rotulados com as seguintes informações: intervalo de profundidade e identificação do poço.

5.2.9 As amostras selecionadas para análise granulométrica, pesando no mínimo 1,0kg, devem ser enviadas ao laboratório, que deve fornecer a curva granulométrica de cada uma delas.

5.2.10 A lama de perfuração nos poços perfurados pelo método rotativo com circulação direta deve ter seus parâmetros físicos e químicos controlados durante os trabalhos, a fim de evitar danos ao aquífero e facilitar a limpeza do poço.

5.2.11 A lama de perfuração, salvo em situações especiais, deve ser mantida com os seguintes parâmetros:

- a) densidade: entre 1,04 e 1,14;
- b) viscosidade aparente: entre 36s e 60s Marsh;
- c) conteúdo de areia: inferior a 3%, em volume;
- d) pH: entre 7,0 e 9,5;
- e) filtrado abaixo de 15cm².

5.2.12 É proibido, no preparo da lama de perfuração, empregar aditivos como óleo diesel ou outras substâncias capazes de poluir o aquífero.



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

SUCOL

Fis.: _____

Ass.: _____

TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

4

Cópia não autorizada



NBR 12244/1992

5.2.13 Durante os trabalhos, o construtor deve manter na obra um registro diário de perfuração, atualizado, contendo as seguintes informações mínimas:

- diâmetros da perfuração executada;
- metros perfurados e profundidade total do poço no fim da jornada de trabalho;
- material perfurado e avanço da penetração;
- profundidade do nível de água no início e no fim da jornada de trabalho.

5.2.14 Concluída a perfuração, deve-se proceder, na presença da fiscalização, à medição exata da profundidade do poço.

5.2.15 Com base na descrição das amostras coletadas, nas informações do diário de perfuração e nos registros dos perfis corridos, deve ser montado o perfil composto, definindo a posição dos intervalos ou zonas aquíferas.

5.3 Colocação da coluna de tubos, filtros e pré-filtro

5.3.1 As determinações da abertura das ranhuras dos filtros e da granulometria do material do pré-filtro devem ser feitas a partir das curvas granulométricas das amostras selecionadas na perfuração.

5.3.2 A coluna de tubos, filtros e pré-filtro deve ter seu dimensionamento definitivo estabelecido mediante o ajustamento das especificações dos materiais às características reais encontradas na perfuração.

5.3.3 A colocação da coluna de tubos e filtros deve evitar deformações ou ruptura do material que possam comprometer a sua finalidade ou dificultar a introdução de equipamentos.

5.3.4 Ao longo da coluna de tubos e filtros, devem ser usadas guias centralizadoras, de modo a mantê-la centralizada e assegurar a posterior colocação de pré-filtro.

5.3.5 As juntas e conexões dos tubos de revestimento devem ser perfeitamente estanques.

5.3.6 A extremidade inferior da coluna de tubos e filtros deve ser obturada por meio de peça apropriada ou de cimentação do fundo do poço, salvo se ancorada em rocha dura.

5.3.7 A colocação do pré-filtro, quando requerida no programa construtivo do poço, deve ser feita paulatinamente, de modo a formar anel cilíndrico contínuo entre a parede de perfuração e a coluna de tubos e filtros.

5.3.8 O método de colocação do material do pré-filtro deve ser por bombeamento com fluido.

5.3.9 A complementação do nível do pré-filtro deve ser assegurada durante o desenvolvimento do poço.

5.4 Desenvolvimento

5.4.1 Instalada a coluna de tubos e filtros, deve-se proceder ao desenvolvimento do poço, até que a turbidez e a

concentração de areia estejam dentro dos limites admissíveis.

5.4.2 O desenvolvimento deve ser efetuado através da combinação de métodos escolhidos de conformidade com as características do aquífero.

5.4.3 Nos poços perfurados com lama, podem ser utilizados, durante o desenvolvimento, agentes químicos dispersantes (polifosfatos), a fim de facilitar a remoção das argilas.

5.4.4 Nenhum bombeamento efetuado durante o desenvolvimento deve ser considerado como teste de aquífero.

5.5 Disposições gerais

5.5.1 Todo poço deve ser construído por empresa habilitada, sob responsabilidade técnica do profissional de nível superior, devidamente credenciado junto ao CREA, com a ART da obra, e com base em projeto executivo (ver NBR 12212).

5.5.2 O construtor deve oferecer cronograma físico da obra, com previsão de início das seguintes fases:

- perfuração, perfilagem;
- colocação dos tubos, filtros e pré-filtro;
- desenvolvimento e limpeza;
- testes.

5.5.2.1 Nenhuma destas fases pode ser efetuada sem a presença ou o conhecimento prévio da fiscalização.

5.5.3 A quantidade máxima de areia permissível em água de poço é de 10g/m³.

5.5.4 Concluído o poço, o construtor deve encaminhar ao contratante o relatório técnico construtivo, sem o qual não será recebido.

5.5.4.1 O relatório deve conter os seguintes elementos:

- nome do proprietário;
- localização do poço (local, sítio, rua, fazenda, município, estado);
- cota do terreno;
- método de perfuração e equipamentos utilizados;
- perfil litológico e profundidade final;
- perfil composto;
- materiais utilizados (diâmetro, tipo, espessura);
- cimentações (indicação dos trechos cimentados);
- planilhas de teste final de bombeamento, com todas as medidas efetuadas, duração, data, equipamentos e aparelhos utilizados;



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

SUCOL

Fls.: _____

Ass.: _____

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

NBR 12244/1992

Cópia não autorizada



5

- j) análise físico-química e bacteriológica da água, firmada por laboratório idôneo;
- k) indicação da vazão de exploração do poço e respectivo nível dinâmico;
- l) nome, número de registro no CREA e assinatura do profissional habilitado.

5.5.5 Em caso de abandono da perfuração por problema técnico, o furo deve ser desinfetado, lacrado e o fato comunicado ao órgão público, estadual ou regional, encarregado do controle das águas.

6 Condições específicas

6.1 Teste de bombeamento e recuperação

- 6.1.1 Concluída a construção, deve-se proceder à execução do teste de produção, a fim de determinar a vazão explorável do poço.
- 6.1.2 O construtor deve dispor de equipamentos necessários para garantir a continuidade da operação durante o período de teste.
- 6.1.3 O equipamento de teste deve ter capacidade para extrair vazão igual ou superior à prevista em projeto. O emprego de ar comprimido só deve ser aceito excepcionalmente e com aprovação da fiscalização.
- 6.1.4 Na instalação do equipamento de bombeamento no poço, deve-se colocar uma tubulação auxiliar, destinada a medir os níveis de água.
- 6.1.5 Antes de iniciar o bombeamento, o operador deve certificar-se do retorno da água ao nível estático.
- 6.1.6 As medições de nível de água no poço devem ser feitas com medidor que permita leituras com precisão centimétrica.
- 6.1.7 Na determinação da vazão bombeada, devem ser empregados dispositivos que assegurem facilidade e precisão na medição. Para vazões de até 40m³/h, devem ser empregados recipientes de volume aferido. Vazões acima de 40m³/h devem ser determinadas por meio de sistemas contínuos de medida, tais como vertedores, orifício calibrado, tubo Venturi e outros.
- 6.1.8 A tubulação de descarga da água deve ser dotada de válvula de regulação sensível e de fácil manejo, permitindo controlar e manter constante a vazão em diversos regimes de bombeamento.
- 6.1.9 O lançamento da água extraída deve ser feito a uma distância do poço determinada no projeto, que não interfira nos resultados dos testes.
- 6.1.10 As medidas de nível de água no poço, durante o bombeamento, devem ser efetuadas nas seguintes frequências de tempos, a partir do início do teste.

| Período (min) | Intervalo de leitura (min) |
|------------------|----------------------------|
| 0 - 10 | 1 |
| 10 - 20 | 2 |
| 20 - 50 | 5 |
| 50 - 100 | 10 |
| 100 - 500 | 30 |
| 500 - 1000 | 60 |
| 1000 - em diante | 100 |

6.1.11 O teste de produção deve ser iniciado com o bombeamento à vazão máxima definida no projeto, em período mínimo de 24h.

6.1.12 Uma vez terminado o teste de produção com a vazão máxima, deve-se proceder ao teste de recuperação do nível, durante um período mínimo de 4h.

6.1.13 No teste de recuperação, a frequência dos tempos de medida do nível de água no poço deve ser idêntica a do teste de bombeamento.

6.1.14 O teste de produção escalonado deve ser efetuado em etapas de mesma duração, com vazões progressivas, em regime contínuo de bombeamento, mantida a vazão constante em cada etapa. A passagem de uma etapa à outra deve ser feita de forma instantânea, sem interrupção do bombeamento.

6.1.15 O plano de teste deve prever escalonamento de vazões com percentuais da vazão máxima, conforme projeto.

6.1.16 As medidas de vazão devem ser efetuadas em correspondência com as do nível de água.

6.1.17 Em casos de vazão inferior a 5m³/h, o teste final de bombeamento deve manter vazão constante, com a condição de que tenha duração total não inferior a 24h, assegurada a estabilização do nível dinâmico durante o mínimo de 4h.

6.2 Serviços e obras complementares

6.2.1 Teste de alinhamento

A verificação do alinhamento deve ser feita mediante a introdução de gabarito visando à utilização do equipamento de exploração para a vazão projetada.

6.2.2 Teste de verticalidade

A medida de verticalidade deve ser feita por dispositivos aprovados pela fiscalização. As leituras dos desvios devem ser tomadas de maneira a permitir o traçado do perfil geométrico do poço.

6.2.3 Cimentação

6.2.3.1 O processo de cimentação de qualquer espaço anular deve ser feito numa operação contínua.

6.2.3.2 Todo poço deve ter cimentação para proteção sanitária, situada no espaço anular entre o tubo de revestimento e a parede de perfuração, com espessura mínima de 5,0cm.

6.2.3.3 O material utilizado na cimentação, em situações normais, deve ser constituído de calda de cimento.

6.2.3.4 Nenhum serviço pode ser efetuado no poço durante as 48h seguintes à cimentação, a não ser que se utilize produto químico para aceleração da pega (cura).

6.2.4 Laje de proteção

6.2.4.1 Concluídos todos os serviços no poço, deve ser construída uma laje de concreto, fundida no local, envolvendo o tubo de revestimento.



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

SUCOL

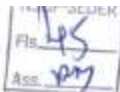
Fis.: _____

Ass.: _____

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

6

Cópia não autorizada



NBR 12244/1992

6.2.4.2 A laje de proteção deve ter declividade do centro para a borda, espessura mínima de 15cm e área não inferior a 1,0 m². A coluna de tubos deve ficar saliente no mínimo 50cm sobre a laje.

6.2.5 Coleta de água para análise

6.2.5.1 A coleta para análise bacteriológica deve ser feita em frasco apropriado e esterilizado seguindo as recomendações do laboratório. Estas coletas devem ser efetuadas durante os ensaios de bombeamento e de desinfecção final do poço.

6.2.5.2 Durante a coleta de água, devem ser medidos o pH e a temperatura da água no poço.

6.2.5.3 A amostra para análise físico-química deve ser coletada quando do teste de bombeamento, com volume mínimo de 3L, em recipiente lavado com água destilada. O prazo entre a coleta e a entrega da amostra no laboratório não deve exceder 24h.

6.2.6 Desinfecção

6.2.6.1 A desinfecção final deve ser feita com aplicação de solução clorada, em quantidade que resulte concentração de 50mg/L de cloro livre.

6.2.6.2 Para solução de hipoclorito de sódio a 10%, deve ser aplicado 0,5L/m³ de água no poço.

6.2.6.3 Deve-se introduzir parte da solução no poço, através de tubos auxiliares, sendo o restante colocado pela boca do poço, de modo a desinfetar a tubulação acima do nível de água. A solução deve permanecer no poço por período não inferior a 2h.

6.2.7 Tampa

Concluídos todos os serviços, o poço deve ser lacrado com chapa soldada, tampa rosqueável com cadeado ou válvula de segurança.





TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

| DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | UNID |
|--|----------|
| Montagem dos equipamentos no canteiro de obras | 05 |
| Desmontagem dos equipamentos de perfuração | 05 |
| Montagem dos equipamentos de vazão | 05 |
| Teste de vazão de 12 horas | 05 |
| Coleta amostra de água para análise | 05 |
| Desmontagem dos equipamentos do teste de vazão | 05 |
| Perfuração poço | 05 |
| Instalação reservatório | 05 |
| Instalação tubulação de distribuição d'água | 22.000mt |

| META | 1ª MEDIÇÃO 30 dias | 2ª MEDIÇÃO 60 dias | 3ª MEDIÇÃO 90 dias |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 1 – SERVIÇO LICENCIAMENTO DE POÇO | R\$ 50.000,00 | | |
| 2 – SERVIÇO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS | | R\$ 128.000,00 | |
| 3 – RESERVATÓRIO | | | R\$ 253.350,00 |
| 4 - MATERIAIS INSTALAÇÃO ELÉTRICA / HIDRÁULICA | | R\$ 100.000,00 | R\$ 111.385,70 |
| 5 - SERVIÇO DE ABERTURA E FECHAMENTO DE VALAS | | 115.720,00 | |
| 6 - SERVIÇO DE MONTAGEM DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA | | | 44.000,00 |
| PORCENTAGEM | 7,52% | 42,83% | 50,10% |



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

| |
|--------------|
| SUCOL |
| Fls.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

| | | | |
|---|---------------------------------------|-------------------------|-----------------|
| | PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS | Data: 22/02/2019 | Nº 08 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL | | | |
| SOLICITAÇÃO DE COMPRAS DE BENS E SERVIÇOS / TERMO DE REFERÊNCIA (art. 14 da Lei nº 8666/93) | | | |
| 1 - IDENTIFICAÇÃO DO DEMANDANTE: U.G – SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO RURAL | | | |
| 2 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAS, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTO E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA CONFORME EXIGENCIAS E ESPECIFICAÇÕES CONTANTES NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, MEMORIAL DESCRITIVO E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO. | | | |
| 3 - RECURSOS VINCULADOS: (Indicar n.º do contrato, agência, n.º da conta corrente). Recursos próprios do município, fonte 0060.00.103 E 0010.00.119 | | | |
| 4 - JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO OU CONTRATAÇÃO: <p>A alta de água para uso animal e doméstico em algumas regiões do município de palmas são perceptíveis, tem sinal de fadiga, ocorrência gerada pela incompleta reposição dos recursos hídricos superficiais e recursos hídricos subterrâneos os quais são alimentados pelas água das chuvas. com a falta de águas os moradores da zona rural de palmas sofrem e solicitam a perfuração de poços artesianos, no qual até mesmo a Defensoria Pública e o Ministério Público Federal solicitaram soluções para os entes das instituições públicas uma solução quanto ao abastecimento de água . Foi feito um diagnóstico segundo a AgroSomar a água disponível no dolo em 15/06/2018, na região do MATOPIBA apresentam níveis críticos de umidade, entre 0 a 20%. A SEDER observou com a equipe técnica de ater o quadro, a escassez de água no meio rural, principalmente nas regiões dos PAs e comunidades é concreto. Situação mostrada desde anos anteriores onde os déficits hídricos são evidentes, ou seja, falta água nos poços domésticos, córregos e grotas. Assim justificamos a presente contratação se justifica por tratar-se de serviços e equipamentos essenciais à manutenção e garantia do abastecimento público de água potável à população do P.A Sitio, uma vez estes locais não são providos dos serviços da concessionária , BRK responsável pelo abastecimento de água no município de Palmas. Diante da responsabilidade do município em garantir o fornecimento de saneamento aos cidadãos, os serviços, os serviços desta contratação são de extrema importância, além de existir uma demanda do Ministério Público para a realização de poços e responsabilização do município, quanto ao abastecimento de forma segura e continua.</p> | | | |
| 5 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: | | | |
| Funcional programática | Natureza Despesa | Fonte | Ficha |
| | | | Sub-ítem |



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

SUCOL

Fis.: _____

Ass.: _____

TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

| | | | | |
|--|----------|-------------|----------|------|
| 3300.20.606.1115.2733 | 44.90.39 | 0010.00.119 | 20190742 | 9300 |
| | 44.90.51 | 0060.00.199 | 20190743 | 9300 |
| OBS.: | | | | |
| 6 - QUANTIFICAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Conforme ANEXO I – Especificações do Objeto | | | | |
| 7 - VALOR ESTIMADO / COTAÇÃO: R\$ 802.455,70 (OITOCENTOS E DOIS MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E SETENTA CENTAVOS) | | | | |
| 8 - PRAZO PARA ENTREGA / EXECUÇÃO: Após a emissão da nota de empenho e assinatura do contrato de prestação de serviços, será emitido a O.S. Ordem de Serviço para início do mesmo, tendo o prazo de 5(cinco) dias para início. | | | | |
| 9 - LOCAL DE ENTREGA / REALIZAÇÃO / INSTALAÇÃO: O local de execução dos serviços será definido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, mas será na zona rural do município de Palmas do estado do Tocantins. | | | | |
| 10. CONDIÇÕES GERAIS: | | | | |
| 10.1. Todos os serviços serão executados rigorosamente de acordo com as normas estipuladas neste Termo de Referência e em completa obediência aos princípios da boa técnica, devendo ainda satisfazer rigorosamente as Normas Brasileiras da ABNT, CREA, NATURATINS, ANVISA e demais legislação pertinente. Qualquer dúvida na especificação, consultar a SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL que, se necessário, prestará apoio para maiores esclarecimentos a fim de que os serviços sejam realizados dentro do melhor padrão de qualidade, em todos os níveis desejados. | | | | |
| 10.2. A contratada deverá adotar providências relativas à segurança do local (isolamento, sinalização etc.), | | | | |
| 10.3. Os serviços serão considerados concluídos quando todos os serviços estiverem acabados, tiverem sido executadas limpezas externas, estando à mesma em perfeitas condições de uso, para receber vistoria final. | | | | |
| 10.4. Os serviços deverão ser realizados por empresa especializada, devidamente registrada no CREA/TO, devendo ser efetivada, antes do início das obras, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica da execução dos serviços. | | | | |
| 10.5. A CONTRATADA ficará obrigada a cumprir integralmente este TR, com zelo, diligência e economia, sempre em rigorosa observância aos termos da licitação e da sua proposta; | | | | |
| 10.6. Executar dentro da melhor técnica os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), NATURATINS, ANVISA e demais órgãos necessários, as especificações, projetos e instruções da fiscalização da Prefeitura Municipal de Palmas. | | | | |



TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

- 10.7.** O prazo máximo para entrega da análise será de 15 dias úteis após sua entrega no laboratório que deverá ser localizado no município de Palmas, caso contrário tal laboratório arcará com os custos de envio da amostra de solo, via correio na forma de Sedex, ao laboratório de análise não localizado no município de Palmas.
- 10.8.** A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado do contrato;
- 10.9.** A CONTRATADA deverá fornecer, às suas expensas e responsabilidade, todo material e mão de obra, ferramentas e equipamentos, a serem empregados no local da construção. Caberá à fiscalização inspecionar a chegada, previamente avisada, de todos os materiais, com o direito de rejeitar aqueles em desacordo com as especificações.
- 10.10.** Toda equipe de mão de obra a ser empregada na execução dos serviços contratados, deverá ser constituída de profissionais idôneos, qualificados para a função e integrantes do quadro permanente da contratada.
- 10.11.** Depois de constatado pela pessoa ou comissão designada pela fiscalização da obra, a má qualidade dos serviços, caberá a esta rejeitá-los, devendo a CONTRATADA reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução de materiais empregados ou da mão de obra.
- 10.12.** A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela Administração Municipal, no local da obra ou serviço, para representá-la na execução do Contrato e um “diário de ocorrências”, permanentemente disponível para lançamentos.
- 10.13.** A CONTRATADA arcará com o ônus das multas e penalidades decorrentes do não cumprimento de obrigações legais, regulamentares e contratuais;
- 10.14.** CONTRATADA irá responder, civil e criminalmente, por danos pessoais ou patrimoniais decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato ou ainda, por negligência, imprudência ou imperícia de seus prepostos;
- 10.15.** A CONTRATADA deverá fornecer aos seus funcionários todos os E.P.I.s (Equipamentos de Proteção Individual) necessários e obedecer a todas as normas de segurança no trabalho;



TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

- 10.16.** Quaisquer modificações propostas pela CONTRATADA, decorrentes da incompatibilidade técnica entre o projeto e as reais necessidades do órgão contratante, somente poderão ser introduzidas após sua análise e aprovação pela Prefeitura.
- 10.17.** A contratada será responsável por uma limpeza rigorosa durante toda a execução dos serviços e ao final.
- 10.18.** A CONTRATADA deverá assegurar durante a execução das obras e serviços, até seu recebimento provisório, a proteção e conservação dos materiais, equipamentos e dos serviços executados;
- 10.19.** Deverá regularizar os poços juntos aos órgãos competentes (NATURATINS, ANVISA e outro porventura seja necessário para cumprimento da legislação vigente).
- 10.20.** A CONTRATADA, tão logo receba a ordem de início, deverá providenciar e afixar no local da execução dos serviços, uma placa em chapa galvanizada, conforme normas do CREA e da Administração Municipal, medindo aproximadamente 3,0 x 1,5 metros, conforme descrição contida na planilha do edital, com as seguintes informações: NOME DA CONTRATANTE E CONTRATADA, VALOR DA OBRA, PRAZO DE EXECUÇÃO, NÚMERO DA LICITAÇÃO/CONTRATO E FINALIDADE DA OBRA.
- 10.21.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitações e qualificações exigidas pela Lei 8.666/93;
- 10.22.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 10.23.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.24.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxa, frete, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 10.25.** As contratadas deverão estar devidamente credenciadas em dias com o sistema CREA, e as devidas ART's em dias, e emitir ART das obras (poços);



TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

10.26. A Contratada deverá observar os critérios da composição do BDI da obra, nesse caso conforme exemplo abaixo:

- CONSTRUÇÃO DE REDE E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA MÉDIO 24,18%;

Item 1 - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (escritório, viagens e outros) 4%;

Item 2 - IMPOSTOS E TAXAS (ISS 3%, PIS 0,65%, COFINS 3%).....6,65%;

Item 3 - TAXAS DE RISCO (seguros, risco e garantia)..... 2,07%;

Item 4 - DESPESAS FINANCEIRAS 1,23%;

Item 5 - LUCRO.....7,40%;

BDI CALCULADO TOTAL DE21,35%.

10.27. A contratante obriga-se a: Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do bem com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento;

10.28. Acompanhar fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

10.29. Efetuar o pagamento no prazo previsto.



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

SUCOL

Fis.: _____

Ass.: _____

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

ANEXO III
MINUTA DE CONTRATO

Página **55** de **91**



TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N° _____ /2019
TOMADA DE PREÇOS N° _____ /2019
PROCESSO nº 2019015320

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALMAS E A EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME _____.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, o **MUNICÍPIO DE PALMAS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 24.851.511/0001-85, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS, CNPJ/MF N° ..., com sede na _____-Palmas/TO, neste ato representado por _____, RG nº__ - SSP/ __, CPF/MF nº__, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº_____, com sede na _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada, por _____, portador do RG nº_____, CPF/MF nº_____, têm entre si, justo e avençado o presente, observadas as disposições da Lei nº 8.666/1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Instrumento tem por objeto **contratação de empresa especializada para prestação de serviços na perfuração de poços artesianos, com fornecimento de todos os materiais, ferramentas, equipamento e mão de obra**, conforme especificações e condições constantes do edital, seu termo de referência e anexos, de acordo com as especificações abaixo:

| EMPRESA: | | | | CNPJ: | |
|----------|-------|------|-----------|--------------|-----------------|
| Item | Unid. | Qtde | Descrição | Valor Un R\$ | Valor Total R\$ |
| | | | | | |

1.2. A contratação citada na subcláusula 1.1 obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como as especificações técnicas, forma de realização dos serviços e as disposições dos documentos adiante enumerados, constantes do Processo Administrativo 2019015320 do CONTRATANTE, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste, no que não o contrariarem. São eles:

- 1.2.1. O Edital da Tomada de Preços nº __/2019 do CONTRATANTE;
- 1.2.2. Resultado da Tomada de Preços nº __/2019;
- 1.2.3. A proposta de preços e documentos que o acompanham, firmada pela CONTRATADA em __ de __ de 2019.

1.3. Os serviços do objeto deste Contrato foram realizados por meio de procedimento licitatório, de acordo com o disposto na Lei nº. 8.666/1993, sob a modalidade Tomada de Preços, conforme Edital e Processo Administrativo acima citados.



| |
|-------------|
| SUCOL |
| Fis.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO, LOCAL DE REALIZAÇÃO E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

2.1. A CONTRATADA deverá executar durante a vigência deste Contrato as condições e prazos de execução estabelecidos no Termo de Referência – ANEXO II do Edital.

2.2. A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pelo CONTRATANTE, com especial observância dos termos do instrumento da Licitação deste contrato, seus anexos e modelos, no regime de execução de empreitada por preço global.

2.3. A execução dos serviços deve ser realizada no Município de Palmas/TO, de acordo com o Termo de Referência, Planilha Orçamentária, Composições de custos e Cronograma Físico-financeiro, os quais integram o presente contrato, independente de transcrição, bem como a confirmação dos serviços será autorizada por meio de Ordem de Serviço expedido pela Contratante à Contratada.

2.4. Constituem obrigações da CONTRATADA:

2.4.1. A CONTRATADA e o (s) profissionais (is) responsável (is) pela execução dos serviços deverão manter inscrição no CREA/CAU do Tocantins durante todo o período deste contrato, ou apresentar o visto da unidade regional do referido Conselho neste Estado.

2.4.2. O(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços objeto deste contrato deverá(ão), obrigatoriamente, ser o(s) detentor(es) do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) para qualificação técnica na licitação e fazer(em) parte do quadro técnico da empresa durante todo o período de execução do objeto, conforme registro junto ao CREA/CAU.

2.4.3. A CONTRATADA não poderá substituir profissional indicado como Responsável Técnico pelos serviços sem autorização expressa da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL**.

2.4.4. A substituição de Responsável Técnico somente poderá ser autorizada se o novo profissional indicado comprovar ser funcionário ou sócio da empresa e detentor de Atestado de Capacidade Técnica na forma exigida no Edital da licitação.

2.4.5. A CONTRATADA deverá providenciar a matrícula da obra no Cadastro Especifico do INSS, na forma legal, ou justificar a dispensa da matrícula, se for o caso.

2.4.6. A critério exclusivo e mediante prévia autorização da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL**, a CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte dos serviços, desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas.



| |
|--------------|
| SUCOL |
| Fls.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

2.4.7. No caso de subcontratação, esta será autorizada em casos excepcionais e abrangerá somente até 30% (trinta por cento) dos serviços, e não deverá recair sobre parcelas de maior relevância nem de valor significativo do contrato, observados os termos do art. 72 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a subcontratada às mesmas condições de habilitação exigidas no certame, às responsabilidades contratuais e às legais, até o limite da subcontratação.

2.4.8. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local de execução dos serviços, para representá-lo na execução do contrato.

2.4.9. A CONTRATADA deverá providenciar, sem ônus para o CONTRATANTE e no interesse da segurança, o fornecimento de equipamentos adequados ao serviço e de outros dispositivos de segurança a seus empregados, bem como adotar todas as medidas de segurança necessárias à execução do objeto.

2.4.10. O CONTRATANTE não pagará indenização de danos causados por qualquer agente físico da natureza. Neste caso a CONTRATADA deverá precaver-se contra esses riscos através de seguro específico ou de outra forma que julgar da sua conveniência.

2.4.11. Caberá à CONTRATADA o fornecimento e manutenção de um “Diário de Obras”, permanentemente disponível para lançamento de notas, no local da execução dos serviços. Serão obrigatoriamente registrados no “Diário de Obras”:

- a) pela Contratada: todas as suas solicitações à CONTRATANTE e todos os demais fatos importantes ao desenvolvimento dos serviços;
- b) pela Fiscalização: todas as definições, solicitações e demais determinações necessárias ao andamento dos serviços.

2.4.12. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato, se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução, nos termos do art. 69 da Lei nº 8.666/93.

2.4.13. A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.4.14. A CONTRATADA concorda que as adequações do projeto que integrar o edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas,



| |
|--------------|
| SUCOL |
| Fls.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no §1º do art. 65 da Lei 8666/93, conforme art. 13, inciso II do Decreto nº 7.983/2013.

2.4.15. Todo transporte a ser efetuado para a realização do objeto deste contrato e demais despesas, diretas e indiretas, serão de única e total responsabilidade da Contratada, correndo por conta e risco integral da operação.

2.4.16. Os técnicos e prepostos da CONTRATADA devem utilizar uniformes e documentação que os identifique perante a fiscalização e a CONTRATANTE.

2.5. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

2.5.1. Exercer a fiscalização e supervisão dos serviços, por servidores designados, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas.

2.5.2. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários para os serviços que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

2.5.3. Efetuar o respectivo pagamento devido pelos serviços, dentro do prazo estipulado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Contrato.

2.5.4. Comunicar, oficialmente, a CONTRATADA, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, notificando sobre imperfeições, multas, penalidades, falhas ou irregularidades constantes no objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

2.5.5. Atestar a execução do objeto contratado por meio do setor competente.

2.5.6. Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado da Contratada considerado inadequado ao serviço contratado.

2.5.7. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação exigidos, solicitando à contratada as substituições que se verificarem necessárias.

2.5.8. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do serviço desejado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E MEDIÇÕES



| |
|-------------|
| SUCOL |
| Fis.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

3.1. A fiscalização ou supervisão dos serviços objeto deste contrato será feita por técnicos designados pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL** a qualquer momento, obrigando-se a CONTRATADA a facilitar, de modo amplo e completo, a ação dos fiscais ou supervisores, permitindo-lhes acesso a todas as partes dos serviços.

3.2. Os fiscais e supervisores da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL**, terão amplos poderes para, mediante instruções por escrito:

- a) a qualquer momento e desde que achar necessário, solicitar à CONTRATADA a substituir de parte ou de toda a equipe técnica responsável pelos serviços, caso constate que a mesma não tenha reais condições técnicas para a execução dos trabalhos dentro da melhor técnica e em observação a Normas da ABNT e demais especificações e recomendações necessárias ao bom andamento das atividades referentes à execução dos serviços objeto deste Contrato;
- b) recusar os serviços de má qualidade ou não especificados;
- c) suspender a execução de quaisquer serviços em desacordo com as normas da ABNT, especificações e recomendações da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL**, exigindo sua reparação por conta da CONTRATADA;
- d) exigir da CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento e controle dos serviços;
- e) determinar ordem de prioridade na execução dos serviços.

3.3. A CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA as notas fiscais vinculadas à medição dos serviços efetivamente executados, conforme critérios de medição deste Contrato e preços constantes na proposta.

3.4. A primeira medição ocorrerá no último dia do mês que for expedida a Ordem de Serviços e as medições mensais subsequentes deverão ser concluídas até 15 (quinze) dias do mês subsequente, conforme planilha de quantidades e preços unitários e de acordo com cronograma físico-financeiro, o qual poderá ser modificado diante da necessidade de adequações na realização dos serviços.

3.5. As medições sempre deverão estar de acordo com o cronograma físico-financeiro da obra, não sendo admitido à CONTRATADA atrasar ou, adiantar os serviços, sem autorização da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL**.

3.6. O resultado das medições dos serviços será lançado em formulários apropriados, de acordo com as normas vigentes no Município.



| |
|--------------|
| SUCOL |
| Fis.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

3.7. As notas fiscais relativas à medição de serviços serão obrigatoriamente acompanhadas das respectivas folhas de medição e deverão conter o número da matrícula CEI e a discriminação e valor de materiais, equipamentos e mão de obra.

3.8. A não discriminação dos materiais, equipamentos e mão de obra na nota fiscal, destacadamente, implicarão a retenção do INSS será sobre o valor bruto da Nota Fiscal, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.300/2012.

3.9. Os valores relativos a materiais, equipamentos e mão de obra informada nas notas fiscais não poderão ser divergentes da proposta da CONTRATADA, constantes na Cláusula 6.2.

3.10. A nota fiscal deverá ser protocolada na Prefeitura até o quinto dia do mês subsequente da medição, devidamente preenchida.

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO/ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Ao concluir os serviços, a contratada deverá comunicar o fato por escrito à **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL**, para seu recebimento provisório.

4.2. Caso não tenham sido atendidas as condições contratuais e técnicas na execução dos serviços, será lavrado o Termo de Recusa, onde serão apontadas as falhas e irregularidades constatadas.

4.3. Todos os serviços em desacordo com as especificações técnicas, assim como falhas e vícios verificados no ato do recebimento, deverão ser refeitos pela CONTRATADA sem ônus para a Prefeitura.

4.4. Nestes casos, o preço será determinado pelo Município, e inobservância da obrigatoriedade de correção implicará na aplicação das penalidades cabíveis.

4.5. Sanadas as falhas e irregularidade apontadas no Termo de Recusa, a CONTRATADA efetuará novamente a comunicação de que trata o item 4.1.

4.6. Aprovadas as condições técnicas dos serviços, o Município fará o seu recebimento provisório.



TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

4.7. O recebimento definitivo dos serviços será realizado 90 (noventa) dias após o recebimento provisório, após nova fiscalização por parte da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL**, observadas todas as condições exigidas neste Edital e seus anexos e no respectivo contrato.

4.8. Verificadas quaisquer irregularidades, vícios ou falhas nos serviços, serão observadas as disposições do item 4.2 e seguintes.

4.9. A assinatura do Termo de Recebimento Definitivo não implica em eximir a contratada das responsabilidades e obrigações a que se refere o Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA

5.1. A CONTRATADA, na assinatura deste Contrato, prestou a garantia no valor de R\$ _____ (_____), na modalidade de _____, correspondente a 5% do valor total do Contrato.

5.2. A garantia contratual deve ser cumprida conforme o disposto no item 7.9 do Edital.

5.3. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

5.4. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela CONTRATANTE, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da CONTRATADA, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que tiver sido notificada.

5.4.1. Na notificação devem constar as razões da utilização da garantia, com referência ao documento em que a CONTRATADA foi cientificada das correções que deveria providenciar e do valor das mesmas.

5.5. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da CONTRATADA, inclusive, após a comprovação do pagamento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes à mão de obra utilizada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída no prazo máximo de 30 (trinta) dias da solicitação da CONTRATADA.

5.5.1. Quando for oferecida garantia na modalidade de Seguro Garantia esta somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/1993, e sua extinção se comprovará pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/1993, além das hipóteses previstas no Edital.

5.6. A garantia apresentada terá seu valor atualizado nas mesmas condições do valor contratual.

5.7. A CONTRATADA deverá refazer qualquer serviço defeituoso, sem ônus adicionais ao ÓRGÃO



TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

DEMANDANTE, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa, por dia de atraso, no valor de 5% sobre o preço do serviço a ser feito.

5.8. A garantia deverá ser ainda, conforme o Código de Defesa do Consumidor estabelece.

5.9. Caso seja feito algum serviço devido a falhas/problemas, o prazo de garantia passa a ser contado novamente a partir do momento do aceite definitivo do novo objeto.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR, PREÇOS E PAGAMENTOS

6.1. Pelos serviços contratados e efetivamente executados, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os preços constantes de sua proposta, no valor global de R\$... (...), a preços iniciais, compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste Contrato.

6.2. A composição dos custos, de acordo com a proposta apresentada pela contratada, resulta em:

| Discriminação | Valor R\$ |
|----------------------|------------------|
| Materiais | |
| Equipamentos | |
| Mão-de-Obra | |
| TOTAL | |

6.3. Fica expressamente estabelecida que os preços contratados incluem todos os custos diretos e indiretos para a completa execução dos serviços.

6.4. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual, conforme previsto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, mediante justificativa técnica por parte do ordenador da despesa.

6.5. Os preços contratuais serão fixos e irrevogáveis pelo período de um ano e, ultrapassado este limite, serão reajustados anualmente para mais ou para menos a partir da data da apresentação da proposta, pelo índice de Reajustamento de Obras Rodoviárias da Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que venha a substituí-lo, de acordo com a seguinte fórmula:

$R = [(Im - Io) / Io] \times P$, onde:

R = valor do reajustamento procurado;

Im = índice relativo ao da data do adimplemento da obrigação;



| |
|-------------|
| SUCOL |
| Fis.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

Io = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondentes à data fixada para entrega da proposta da licitação;

P = preço unitário contratado.

6.6. Os índices de reajuste, apurados pelo INCC, terão como teto máximo a variação do preço SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, mantido e divulgado, na internet, pela Caixa Econômica Federal.

6.7. Para fins de contagem do prazo para reajuste anual, não serão computados os atrasos nos serviços havidos por responsabilidade da CONTRATADA.

6.8. A soma dos valores dos pagamentos das faturas emitidas até a última medição não poderá ser superior a 90% (noventa por cento) do valor global do contrato;

6.9. O saldo restante só poderá ser liberado após a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, consoante subitem 1, não podendo seu valor ser inferior a 10% (dez por cento) do valor global do contrato.

6.10. A retenção do pagamento da última parcela é legítima, tendo em vista previsão contratual, em consonância com art. 80, VI, da Lei 8.666 /93.

6.11. A CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA as notas fiscais vinculadas aos serviços efetivamente executados.

6.9. Todos os pagamentos somente serão efetuados após:

- a) As notas fiscais terem sido conferidas e atestadas pela fiscalização da **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL**; e
- b) A comprovação de regularidade fiscal da CONTRATADA perante o Município de Palmas - TO.

6.10. Os pagamentos deverão ser efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias da data de entrada da nota fiscal.

6.11. Fica o primeiro pagamento condicionado à apresentação por parte da CONTRATADA do Registro da Obra junto ao CREA/CAU-TO e da matrícula da obra no Cadastro Específico do INSS.

6.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela



TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I = $\frac{6/100}{365}$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

6.13. Será feita a retenção do valor correspondente a 1% (um por cento) dos pagamentos realizados pelo Município de Palmas com fonte de recursos oriundos do tesouro municipal - recurso ordinário (Fonte-00) e posteriormente repassado ao Fundo de Inovação e Desenvolvimento Econômico de Palmas – FIDEP, na forma do inc. XIII do art. 7º da Lei Municipal nº 2024/2014, acrescida pela Lei Ordinária nº 2.353 de 25/10/17.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. A despesa com a execução do objeto deste Contrato correrá à conta da Dotação Orçamentária consignada:

Unidade Gestora:

Classificação Orçamentária:

Natureza da Despesa: 44.90.39/44.90.51

Fonte de Recursos: 0010.00.119/ 0060.00.199

Funcional Programática: 33.00.20.606.1115.2733

Fichas: 20190742/ 20190743

7.2. As despesas inerentes à execução deste Contrato serão liquidadas através da Nota de Empenho nº _____, emitida em ____/____/____ à conta da dotação orçamentária especificada nesta cláusula.

7.3. A CONTRATADA emitirá Nota Fiscal em observância à unidade gestora emissora da nota de empenho que albergou os serviços.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o CONTRATANTE poderá sujeitar a CONTRATADA às seguintes sanções:



TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;
- c) multa de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
- d) multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, no caso de inexecução diária do objeto deste contrato, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;
- e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2(dois) anos, em função da natureza e da gravidade da falta cometida;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, considerando, para tanto, reincidências de faltas, sua natureza e gravidade.

8.2. As multas aplicadas serão descontadas do primeiro pagamento devido pelo CONTRATANTE, não sendo possível, deverão ser recolhidas pela CONTRATADA em até 30 (trinta) dias, contando da intimação, sob pena de inscrição em Dívida Ativa para cobrança judicial.

8.3. A aplicação das multas independe de qualquer interpelação administrativa ou judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

8.4. As multas e penalidades serão aplicadas pela CONTRATANTE, através do Ordenador de despesa do órgão contratante, sem prejuízo das sanções cíveis cabíveis, ou de processo administrativo.

8.5. A CONTRATADA será cientificada, por escrito, da multa aplicada, ficando com o prazo de 05 (cinco) dias para, se o desejar, recorrer à **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL**.

8.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei Municipal nº 1.156/2002.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE, ou bilateralmente, mas sempre atendida a conveniência administrativa no interesse do Serviço Público.

9.2. Os motivos para rescisão do contrato são os enumerados nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.



TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

9.3. Também caberá a rescisão do contrato, mediante processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, quando a CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, os serviços, sem prévia autorização do CONTRATANTE.

9.4. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com a aplicação das penalidades previstas neste contrato e o reconhecimento dos direitos da Administração em assumir integralmente o local da realização dos serviços.

9.5. Em qualquer hipótese de rescisão, à CONTRATADA caberá receber o valor dos serviços executados, mais o valor das medições efetuadas para cumprimento do Contrato, proporcionalmente aos serviços realizados até a data da dissolução do contrato.

9.6. Ocorrendo rescisão por qualquer motivo, a CONTRATADA responderá se for o caso, por perdas e danos, cobrados administrativamente ou judicialmente.

9.7. Em caso algum, o CONTRATANTE pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social, oriundo do Contrato entre a mesma e seus empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VINCULAÇÃO

10.1. O presente Contrato fica vinculado ao processo administrativo nº 2019015320.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO E CASOS OMISSOS

11.1. O presente instrumento, inclusive os casos omissos, regulam-se pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1. O prazo de vigência contratual será de 05 (cinco) meses, contados a partir da assinatura deste instrumento contratual.

12.2. Os serviços contratados deverão ser concluídos dentro do prazo de 03 (três) meses, conforme determinado no Cronograma Físico-financeiro, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviços.



| |
|--------------|
| SUCOL |
| Fls.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

12.3. O contrato poderá ser prorrogado, a critério da Administração, nos termos do artigo 57 da Lei 8.666/93 e alterado nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

12.4. À CONTRATADA será facultado pedir prorrogação do prazo somente quando ocorrer interrupção dos serviços determinados por um dos seguintes atos ou fatores:

- a) falta de elementos técnicos para o andamento dos trabalhos, quando os fornecimentos deles couberem ao CONTRATANTE;
- b) ordem escrita do titular do CONTRATANTE, para restringir ou paralisar os serviços no interesse da Administração;
- c) por motivo de força maior, tal como definido na legislação brasileira, em especial no Código Civil.
- d) quando não houver emissão de “ordem de serviço” concomitantemente com a assinatura deste contrato.

12.5. Ocorrendo a Ordem de Paralisação a CONTRATADA deverá aguardar a Ordem de Reinício para retomada dos serviços.

12.6. O requerimento da CONTRATADA para prorrogação deverá ser protocolado em até 10 (dez) dias, nos casos acima mencionados nas letras “a” e “b”, ou 48h (quarenta e oito horas), quando ocorrer o aludido na letra “c”, todos do item 12.3, do ato, fato ou evento alegado como causa do atraso.

12.7. Constatada a suspensão da execução dos serviços por motivo de força maior, o prazo estipulado no contrato deverá ser prorrogado pelo período razoavelmente necessário ao reinício e conclusão das mesmas.

12.8. Se os serviços forem paralisados por mais de 60 (sessenta) dias, por motivo de força maior, o CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato mediante comunicação por escrito à CONTRATADA.

12.9. As prorrogações autorizadas serão concedidas independentemente de alteração contratual, mas sempre procedidas através de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA TERCEIRIZAÇÃO

13.1. O CONTRATANTE não se responsabilizará por contratos que a CONTRATADA venha a celebrar com terceiros, cujas obrigações serão de sua exclusiva responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS TRIBUTOS E SEGUROS

14.1. É da inteira responsabilidade da CONTRATADA os ônus tributários, encargos sociais e trabalhistas decorrentes deste Contrato, inclusive a matrícula de serviços junto ao INSS.



| |
|-------------|
| SUCOL |
| Fis.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

14.2. A CONTRATADA é responsável pelo seguro de seu pessoal, das instalações de serviços e de todo o seu equipamento. É responsável também pelo seguro de responsabilidade civil incidente sobre seus bens e serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. A publicação resumida do presente Contrato nos Diário Oficial do Município, Diário Oficial do Estado e Diário Oficial da União, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REGISTRO

16.1 O contrato deverá ser registrado no CREA/CAU pela Contratada, de acordo com a determinação legal da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, c/c a Resolução nº 1025/2009, do CONFEA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Rege-se-á o presente Contrato, no que for omissis pelas disposições constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, e no **processo nº 2019015320**.

17.2. Fica expressamente vedada a vinculação deste Contrato em operação de qualquer natureza que a CONTRATADA tenha ou venha a assumir.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da cidade de Palmas - TO, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordo, assinam este contrato os Representantes das partes, na presença de duas testemunhas.

Data e assinatura

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

Testemunhas:



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

| |
|--------------|
| SUCOL |
| Fis.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

ANEXO IV
MODELOS DE CARTAS



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

| |
|--------------|
| SUCOL |
| Fis.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

ANEXO IV A

CARTA DE REPRESENTAÇÃO

(Em papel timbrado da empresa)

....., de de 2019.

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Ref.: Tomada de Preços nº/2019
Att.: Comissão Permanente de Licitação

O abaixo assinado, responsável legal pela empresa, vem, pela presente, informar a V.Sas., que o Sr., Carteira de Identidade nº, é a pessoa designada para representar nossa empresa na licitação acima referida, podendo assinar atas e demais documentos; apresentar impugnações e recursos; inclusive, renúncia expressa a recurso nas fases de habilitação e classificação, se for o caso; e, ainda, praticar todos os atos necessários ao desempenho da representação no referido procedimento licitatório.

Atenciosamente,

(Assinatura)



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

| |
|--------------|
| SUCOL |
| Fls.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

ANEXO IV B

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

(Em papel timbrado da empresa)

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

Ref.: Tomada de Preços nº/2019
Att.: Comissão Permanente de Licitação

Prezados Senhores,

(Empresa), com sede na cidade de, à rua, inscrita no CNPJ/MF sob nº, neste ato representada por, abaixo assinado, propõe à **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL** para o objeto discriminado no edital supramencionado, nas seguintes condições:

- a) O preço proposto é de R\$ (em algarismos e por extenso).
- b) O prazo de validade da Proposta é de (em algarismos e por extenso) dias corridos, contados da data de abertura desta Licitação.
- c) Declara para devidos fins estar ciente e de acordo com as todas as cláusulas e condições editalícias.

Atenciosamente,

(Assinatura)



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

| |
|--------------|
| SUCOL |
| Fis.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

ANEXO V
MODELOS DE DECLARAÇÃO



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

| |
|--------------|
| SUCOL |
| Fls.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

ANEXO V A

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ref. TOMADA DE PREÇOS N.º/2019.

Objeto Licitado:
(*descrição do objeto*)

A empresa, CNPJ nº, com sede à, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço)), DECLARA, sob as penas da Lei, com base no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, que está enquadrada na definição de () Microempresa () Empresa de Pequeno Porte, sem nenhuma restrição de ordem legal.

Local, data e assinatura

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

| |
|--------------|
| SUCOL |
| Fis.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

ANEXO V B

DECLARAÇÃO REFERENTE AO MENOR

(Em papel timbrado da empresa)

Empresa), _____ **(Endereço completo),** inscrita no CNPJ sob o número _____ **(Nome da**
_____, declara, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida
na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, do art. 7º, inciso XXXIII, a saber:

“ (...) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de dezoito anos e qualquer trabalho a menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze anos”.

_____, _____ de _____ de 2019.

(Assinatura do declarante)



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

| |
|--------------|
| SUCOL |
| Fis.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

ANEXO V C

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

(Em papel timbrado da empresa)

_____ (**Nome da Empresa**), inscrita no CNPJ sob o número _____, com endereço sito à _____, declara, sob as penalidades da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, _____ de _____ de 2019.

(Assinatura do declarante)



| |
|-------------|
| SUCOL |
| Fis.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

ANEXO V D

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DOS SERVIÇOS

(Em papel timbrado da empresa)

Palmas-TO,de de 2019.
Ref. TOMADA DE PREÇOS N.º /2019.
Proponente: (razão social da empresa proponente)

Objeto Licitado:
(*descrição do objeto*)

Declaramos, sob as penalidades legais, que o(s) profissional(is) apresentado(s) para fins de qualificação técnica, conforme item 3.1 do Edital, está(ão) disponível(eis) e deverá(ão) participar, como Responsável(eis) Técnico(s), do objeto da licitação, quais sejam:

| Nome do Profissional | Formação | CREA/CAU |
|----------------------|----------|----------|
|----------------------|----------|----------|

Declaramos estar cientes que a Administração poderá admitir e aprovar a substituição do(s) profissional(is) indicado(s), desde que possuam experiência equivalente ou superior, devidamente comprovada.

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

| |
|--------------|
| SUCOL |
| Fls.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

ANEXO V E

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO PROFISSIONAL
TERMO DE AUTORIZAÇÃO/COMPROMISSO

Ref.: Edital de Tomada de Preços nº ____/2019

Autorizo a empresa..... (nome da empresa), CNPJ nº, a incluir meu nome na equipe técnica que se responsabilizará pela execução dos trabalhos objeto da licitação em referência, bem como comprometo-me a participar da equipe permanente, caso a mesma venha a ser contratada.

....., de de 2019.

(Assinatura)



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

| |
|--------------|
| SUCOL |
| Fis.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

ANEXO V F

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

(Em papel timbrado da empresa)

Palmas-TO,de de 2019.
Ref. TOMADA DE PREÇOS N.º /2019.
Proponente: (razão social da empresa proponente)

Objeto Licitado:
(*descrição do objeto*)

DECLARAMOS, para os fins que se fizerem necessários, que as máquinas e equipamentos adequados à execução do objeto do certame em referência estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação das obras, inclusive sujeitos a vistoria do órgão contratante para sua aceitabilidade, por ocasião da contratação e sempre que necessário.

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

SUCOL

Fis.: _____

Ass.: _____

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

ANEXO V G

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS SERVIÇOS

(Em papel timbrado da empresa)

_____, **(Nome da Empresa)**, inscrita no CNPJ sob o número _____, com endereço sito à _____, declara, sob as penalidades da lei, que inspecionou o local dos serviços e vizinhanças, está familiarizada com as facilidades e recursos existentes e as condições ambientais da região e que não alegará, *a posteriori*, desconhecimento de qualquer fato.

_____, _____ de _____ de 2019.

(Assinatura do declarante)



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

SUCOL

Fis.: _____

Ass.: _____

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

ANEXO VI
QUADRO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

Página **81** de **91**



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

| |
|--------------|
| SUCOL |
| Fls.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

ANEXO VI A - Planilha Orçamentária

Palmas-TO,de de 2019.

Ref. TOMADA DE PREÇOS N.º/2019.

Proponente: (razão social da empresa proponente)

Objeto Licitado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAS, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTO E MÃO DE OBRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DESTE EDITAL, SEU TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA CONSTRUÇÃO DE POÇOS TUBULARES PROFUNDOS

| MET A | COD. | DESCRIÇÃO PRODUTO/SERVIÇO | UNI D | QTD | P.UNIT. | TOTAL |
|----------------------|------------------|--|--------------|------------|----------------|------------------|
| 1 | 17113 | SERVIÇO LICENCIAMENTO DE POÇO | SV | 5 | 10.000,00 | 50.000,00 |
| Sub total R\$ | | | | | | 50.000,00 |
| | 74163/002 | PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR ATÉ 200MTS COM REVEST. 150MM | | | | |
| | | SERVIÇOS PRELIMINARES | | | | |
| | | INSTALAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTES | UNI D | 1,00 | 808,00 | 808,00 |
| | | PERFURAÇÃO: | | | | |
| | | DN 12" EM SENDIMENTO | M | 50 | 100,00 | 5.000,00 |
| | | DN 6" EM ROCHA CRISTALINA (até – 200 metros) | M | 150 | 87,00 | 13.050,00 |
| | | BENTONITA | KG | 100 | 2,50 | 250,00 |
| | | CMC (LAMA DE PERFURAÇÃO) | KG | 8,00 | 1,00 | 8,00 |
| | | DESAGLUTINANTE (HEXA-T) | kg | 3,00 | 6,00 | 18,00 |
| | | REVESTIMENTO | | | | |
| | | TAMPA DE AÇO PARA POÇO | UNI D | 1,00 | 45,00 | 45,00 |
| | | TUBO DE PVC GEOMECANICO RANHURADO DE 6" standat | M | 50,00 | 73,44 | 3.672,00 |
| | | FILTRO PVC GEOMECANICO RANHURADO 6" | M | 2,00 | 100,00 | 200,00 |
| | | PRÉ-FILTRO USINADO (1,0 A 2,0MM) | M3 | 1,00 | 350,00 | 350,00 |



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

SUCOL

Fis.: _____

Ass.: _____

TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

| | | | | | |
|---|--|--|-------------|----------|---------------------------------|
| | CIMENTAÇÃO ESPAÇO ANULAR C/ ARGAMASSA, CIMENTO E AREIA 1:3 | M | 10,00 | 70,00 | 700,00 |
| | TUBO PVC DN 40MM COM TAMPA (RECARGA DE PRÉ-FILTRO) | M | 6,00 | 3,00 | 18,00 |
| | CAP PVC DN 40MM | UNID | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| DESENVOLVIMENTO E TESTE DE VAZÃO | | | | | |
| | TESTE DE VAZÃO COM BOMBA SUBMERSA | HR | 12 | 70,00 | 840,00 |
| | DESENVOLVIMENTO (LIMPEZA) COM COMPRESSOR ATÉ 900PCM | HR | 2,00 | 50,00 | 100,00 |
| PROTEÇÃO SANITÁRIA | | | | | |
| | LAJE EM CONCRETO SIMPLES (1,0 X 1,0 X 0,20M) | UNID | 1,00 | 200,00 | 200,00 |
| DOCUMENTAÇÃO | | | | | |
| | ESTUDO DE LOCAÇÃO HIDROGEOLÓGICA | UNID | 5 | 50,00 | 250,00 |
| | DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA FINAL | UNID | 1 | 90,00 | 90,00 |
| TOTAL | | | | | 25.600,00 |
| TOTAL GERAL 5 POÇOS | | | UNID | 5 | 25.600,00 |
| RESERVATÓRIO | | | | | |
| 3 | 3629 | Reservatório metálico, caixa d'água tipo taça tubular com capacidade de 30.000 litros, padrão, instalado sobre base, com boia. | unid | 5 | 32.400,00 |
| | 5912 | Serviço de construção de base reservatório | sv | 5 | 18.270,00 |
| | | | | | Sub total R\$ 253.350,00 |
| MATERIAIS INSTALAÇÃO ELÉTRICA/HIDRÁULICA | | | | | |
| 4 | 10197 | Tubo PVC edutordn -40 1.1/2 | BR | 125 | 62,32 |
| | 15161 | Luva aço galv. 1.1/2 | pc | 125 | 12,98 |
| | 1576 | Curva aço galv. Macho 1.1/2 | pc | 5 | 44,12 |
| | 4142 | Registro bronze gavet 1.1/2 | pc | 5 | 60,93 |
| | 15379 | Niple aço galv, duplo 1.1/2 | pc | 5 | 14,60 |



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

SUCOL

Fis.: _____

Ass.: _____

TOMADA DE PREÇOS 005/2019

3ª Publicação

| | | | | | |
|----------------------|---|----------|-----------|----------|-------------------|
| 2416 | União aço galv. Assento plano 1.1/2 | pc | 5 | 65,12 | 325,60 |
| 816 | Bucha aço galv. Red. 1.1/2x1.1/4 | pc | 5 | 2,59 | 12,95 |
| 34566 | Adaptador PVC soldavel 50x1.1/2 | uni d | 5 | 2,76 | 13,80 |
| 2060201 | Curva PVC IRR solda 45 PB DN50 | pc | 10 | 8,98 | 89,80 |
| 221018 | Curva PVC IRR solda 90 PB DN 50 irrig. LF | pc | 10 | 9,96 | 99,60 |
| 3950 | Tubo PVC IRR solda PB DN 50 PN 80 NBR 14312 | br | 3.67 5 | 35,82 | 131.638,50 |
| 3845 | Adaptador PVC flange cx d'água 50x1.1/2 | pc | 10 | 8,17 | 81,70 |
| 2697 | Registro PVC esfera soldavel 50mm | pc | 5 | 25,99 | 129,95 |
| 2215050 2 | Joelho PVC soldavel 90 50mm | pc | 50 | 3,45 | 172,50 |
| 481 | Adesivo PVC 0850kg frasco | Uni d | 20 | 36,12 | 722,40 |
| 2508 | Solução limpadora 1000ml/725g | uni d | 15 | 28,01 | 420,15 |
| 1140190 5 | Fita auto fusão 19mmx5m | uni d | 5 | 12,89 | 64,45 |
| 1137191 0 | Fita isolante 19mmx10m | uni d | 5 | 1,98 | 9,90 |
| 14761 | Fita veda rosca 18x50m | uni d | 20 | 7,68 | 153,60 |
| 4728 | Cabo flexível 1KV 3 x 10mm ² | mt | 550 | 18,44 | 10.142,00 |
| 17603 | Bomba sub. 4R31A 25 360 3CV 220 +CPDMO 4 | uni d | 10 | 4.832,00 | 48.320,00 |
| 14766 | Valvula ventosa 1 | uni d | 75 | 101,00 | 7.575,00 |
| 12216 | Luva PVC LR 32x1 | pc | 75 | 5,05 | 378,75 |
| 3356 | Tee PVC IRR solda red. 50x32mm | pc | 75 | 5,47 | 410,25 |
| 1484 | Automático nível 15A inf. E sup. | pc | 5 | 36,81 | 184,05 |
| 925 | Cabo vinil 1x1,5mm ² 0,6 1KVA | MT | 500 | 0,86 | 430,00 |
| Sub total R\$ | | | | | 211.385,70 |



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

SUCOL

Fis.: _____

Ass.: _____

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

| | | | | | | |
|------------------------|----------------------|--|----|-------|----------|-------------------|
| 5 | 10018 | SERVIÇO DE ABERTURA E FECHAMENTO DE VALAS | MT | 22.00 | 5,26 | 115.720,00 |
| | Sub total R\$ | | | | | 115.720,00 |
| 6 | 10034 | SERVIÇO DE MONTAGEM DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA | sv | 5 | 8.800,00 | 44.000,00 |
| | Sub total R\$ | | | | | 44.000,00 |
| TOTAL GERAL R\$ | | | | | | 802.455,70 |

Palmas, 13 de agosto de 2019

LUIZ MARQUES COUTO DAMASCENO

ENGº CIVIL – CREA – MG 43716/D

MATRICULA: 16.324-1

Nome, Assinatura e CREA/CAU do Profissional Responsável



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

| |
|--------------|
| SUCOL |
| Fis.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

ANEXO VI B - Composição do BDI

Palmas-TO,de de 2019.
Ref. TOMADA DE PREÇOS N.º /2019.
Proponente: (razão social da empresa proponente)

Objeto Licitado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTO E MÃO DE OBRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DESTE EDITAL, SEU TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS

Visando o atendimento do disposto no Acórdão 2622/2013 - do Tribunal de Contas da União, DECLARAMOS que os Benefícios e Despesas Indiretas - BDIs abaixo contemplam os custos necessários para a execução das obras constantes no objeto proposto, conforme detalhamento de composição e respectivos percentuais a seguir:

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

| |
|--------------|
| SUCOL |
| Fis.: _____ |
| Ass.: _____ |

TOMADA DE PREÇOS 005/2019
3ª Publicação

ANEXO VI C – Declaração CNAE

Palmas-TO,de de 2019.

Ref. TOMADA DE PREÇOS N.º /2019.

Proponente: (razão social da empresa proponente)

Objeto Licitado: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTO E MÃO DE OBRA**

DECLARAMOS, para os fins que os preços unitários apresentados na proposta de preços estão contemplados com a desoneração, em conformidade CNAE que representa a atividade de maior receita, de acordo com a Lei nº 12.844/2013, publicada em 19 de julho de 2013, a qual alterou os artigos 7º, 8º, 9º e o Anexo I da Lei nº 12.546/2011 e o artigo 14, da Lei nº 11.774/2008, modificando os setores a serem beneficiados com o regime de desoneração da folha de pagamentos que substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% sobre total da folha de pagamento pela contribuição previdenciária sobre a receita bruta.

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa



ANEXO VI D - Cronograma Físico-Financeiro

Palmas-TO,de de 2019.

Ref. TOMADA DE PREÇOS N.º...../2019.

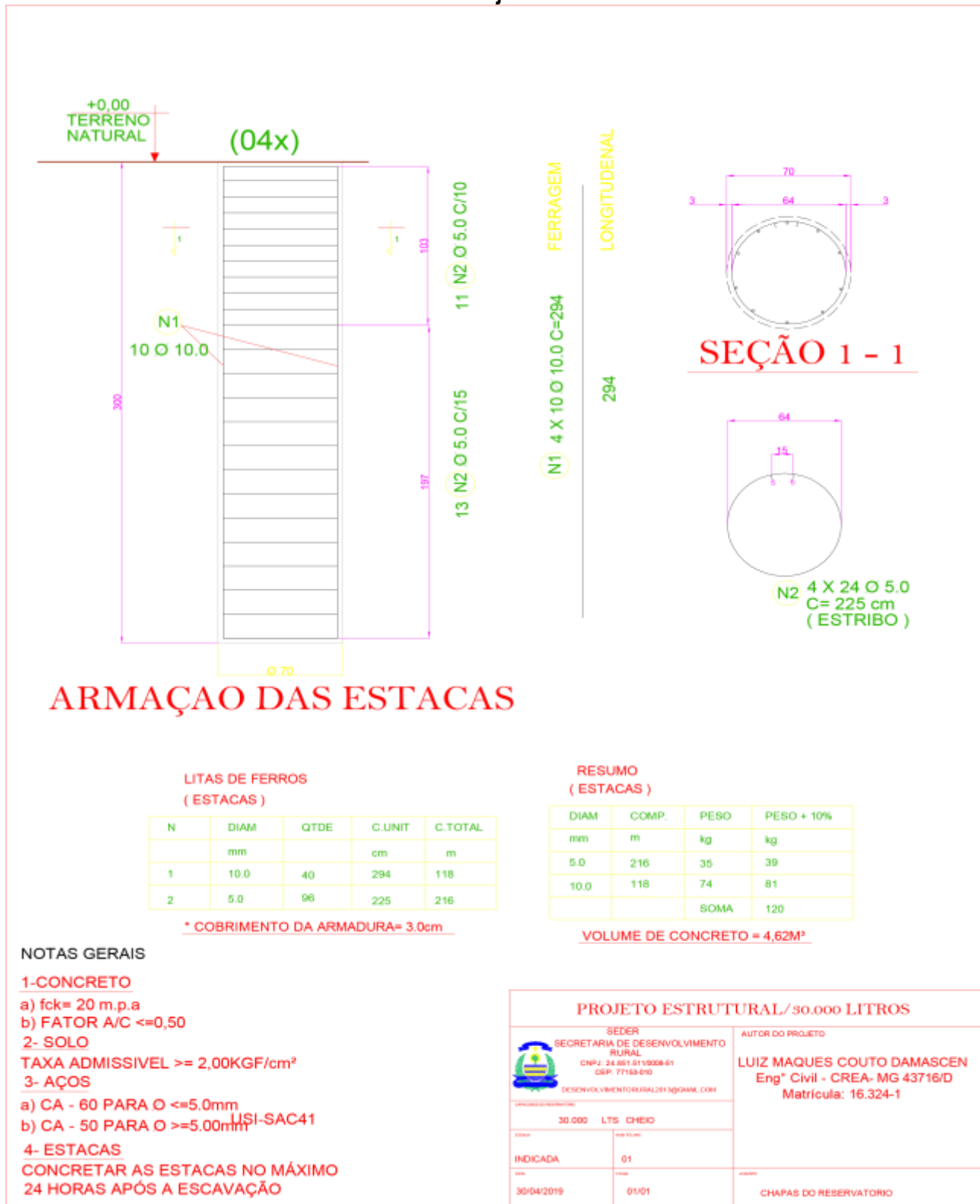
Proponente: (razão social da empresa proponente)

| DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | UNID |
|--|----------|
| Montagem dos equipamentos no canteiro de obras | 05 |
| Desmontagem dos equipamentos de perfuração | 05 |
| Montagem dos equipamentos de vazão | 05 |
| Teste de vazão de 12 horas | 05 |
| Coleta amostra de água para análise | 05 |
| Desmontagem dos equipamentos do teste de vazão | 05 |
| Perfuração poço | 05 |
| Instalação reservatório | 05 |
| Instalação tubulação de distribuição d'água | 22.000mt |

| META | 1ª MEDIÇÃO 30 dias | 2ª MEDIÇÃO 60 dias | 3ª MEDIÇÃO 90 dias |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 1 – SERVIÇO LICENCIAMENTO DE POÇO | R\$ 50.000,00 | | |
| 2 – SERVIÇO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS | | R\$ 128.000,00 | |
| 3 – RESERVATÓRIO | | | R\$ 253.350,00 |
| 4 - MATERIAIS INSTALAÇÃO ELÉTRICA / HIDRÁULICA | | R\$ 100.000,00 | R\$ 111.385,70 |
| 5 - SERVIÇO DE ABERTURA E FECHAMENTO DE VALAS | | 115.720,00 | |
| 6 - SERVIÇO DE MONTAGEM DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA | | | 44.000,00 |
| PORCENTAGEM | 7,52% | 42,83% | 50,10% |



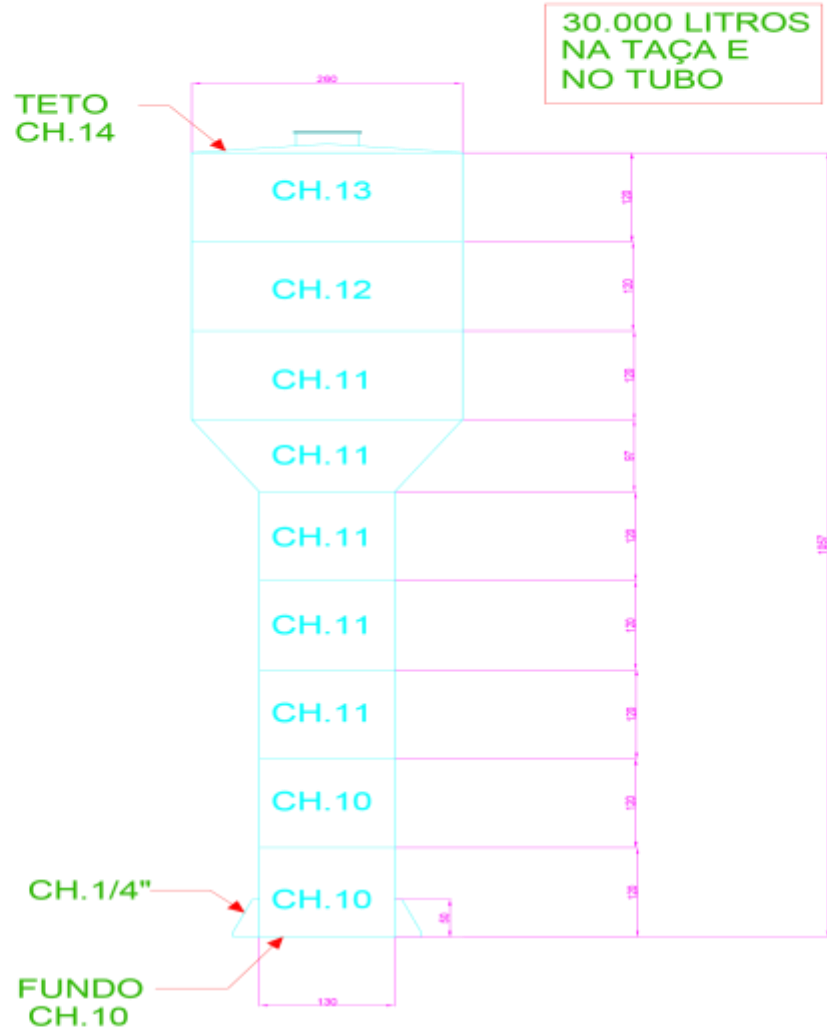
ANEXO VI E – Projeto Estrutural





PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

| |
|--------------|
| SUCOL |
| Fls.: _____ |
| Ass.: _____ |



NOTAS GERAIS

1-AÇOS

**ASTM-A36
USI-SAC41**

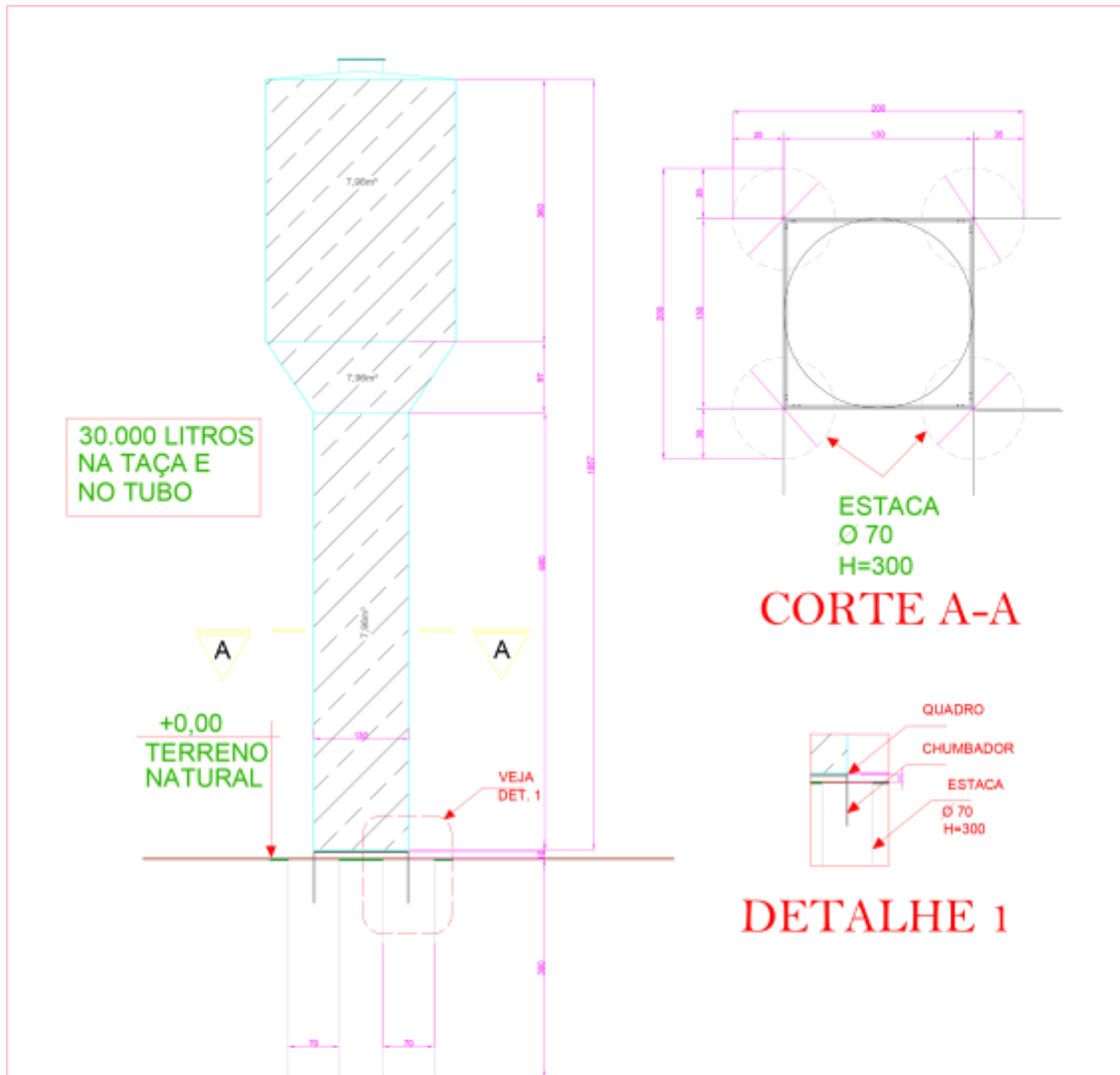
PROJETO ESTRUTURAL/30.000 LITROS

| | | |
|--|-----------------------|---|
|  SEDER SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL CNPJ: 24.851.511/0008-01 CEP: 77163-010 DESENVOLVIMENTORURAL2013@GMAIL.COM | | AUTOR DO PROJETO LUIZ MAQUES COUTO DAMASCENI Eng° Civil - CREA- MG 43716/D Matrícula: 16.324-1 |
| CAPACIDADE DO RESERVATORIO 30.000 LTS CHEIO | | |
| INDICADA 01 | | |
| DATA 30/04/2019 | FOLHA 01/01 | ASSUNTO CHAPAS DO RESERVATORIO |



PREFEITURA DE PALMAS
Superintendência de Compras e Licitações

| |
|--------------|
| SUCOL |
| Fig.: _____ |
| Ass.: _____ |



NOTAS GERAIS

1-CONCRETO

- a) fck= 20 m.p.a
- b) FATOR A/C <=0,50

2- SOLO

TAXA ADMISSIVEL >= 2,00KGF/cm²

3- AÇOS

- a) CA - 60 PARA Ø <=5.0mm
- b) CA - 50 PARA Ø >=5.00mm

4- ESTACAS

CONCRETAR AS ESTACAS NO MÁXIMO 24 HORAS APÓS A ESCAVAÇÃO

| | | |
|--|--|------------------------|
| PROJETO ESTRUTURAL/ 30.000 LITROS | | |
|  SEDER SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL CNPJ: 24.851.511/0008-61 CEP: 77193-013 DESENVOLVIMENTORURAL2013@PMAL.COM | AUTOR DO PROJETO | |
| | LUIZ MAQUES COUTO DAMASCEN Engº Civil - CREA- MG 43716/D Matrícula: 16.324-1 | |
| 30.000 LTS CHEIO | | |
| INDICADA | 01 | |
| DATA | 01/01 | CHAPAS DO RESERVATORIO |